



**B**eatriz M. Kühl possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1987), mestrado em Science in Architecture Conservation - Katholieke Universiteit Leuven (1992), doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1996) e pós-doutorado em preservação a Università degli Studi di Roma "La Sapienza" (realizada em quatro estágios entre 2001 e 2005). É, desde 2017, Professora Titular da Universidade de São Paulo, onde leciona desde 1998, atuando tanto na graduação quanto na pós-graduação (Área de História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, linha de pesquisa História e Preservação da Arquitetura). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História da Arquitetura e Preservação, atuando principalmente nos seguintes temas: conservação e restauração, bens culturais, arquitetura ferroviária, arquitetura do ferro e arquitetura industrial. Foi pesquisadora associada É bolsista produtividade CNPq (nível II) desde 2010. Foi pesquisadora associada do Núcleo de Apoio à Pesquisa - São Paulo: Cidade, Espaço e Memória da USP (NAP-SP), de 2012 a 2017. Coordenou um dos eixos de investigação do projeto Plano de Conservação Preventiva para o Edifício Vilanova Artigas (FAU-USP) Keeping it Modern - Getty Foundation (de julho de 2015 a fevereiro de 2018). É líder dos seguintes grupos de pesquisa certificados pelo CNPq: Preservação da Arquitetura Moderna; Monumentos Históricos; e, Preservação.

A série "Primeiras Aulas", cujo sentido inicial visava comemorar os 40 anos da Unesp, objetivou reavivar a "aula" - uma antiga prática acadêmica, como "atividade cívica", diante do "novo papel" que a universidade pública deveria assumir, em especial no tocante à questão pedagógica e às tecnologias que influenciam os novos modos de aprender, comunicar, pensar e também de se relacionar com a sociedade, frente à crescente propagação do chamado "analfabetismo funcional". Para tal, foram convidados grandes mestres que enriqueceram, e continuam enriquecendo direta ou indiretamente, a construção de um itinerário de pesquisa no âmbito da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC, Unesp - Bauru.

**Adalberto da Silva Retto Jr.**  
Coordenador geral da Série



PRIMEIRAS AULAS  
BEATRIZ KÜHL

BEATRIZ MUGAYAR

**KÜHL**

O PAPEL DO  
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO  
NO PROJETO DA CIDADE  
CONTEMPORÂNEA

COLEÇÃO  
PRIMEIRAS  
AULAS

Planejamento Urbano e Regional  
Prof. Flávio Vilaça

História do Urbano: Temporalidades,  
Escalas e Pontos de Vistas Con-  
trastantes  
Prof. Maria Stella Bresciani

História Urbana: Repensar Histórias  
Cruzadas - Experiências de Pesquisa  
em Arquitetura e Urbanismo  
Prof. Heliana Angotti-Salgueiro

História da Arquitetura: Século XX -  
Três Cortes: Procedimentos/Cadeia  
Produtiva/Significado  
Prof. Sophia Telles

Para entender a Crise Urbana no Proje-  
to da Cidade Contemporânea  
Prof. Erminia Maricato

'Guerra dos Lugares' e o Projeto da  
Cidade Contemporânea  
Prof. Raquel Rolnik

O papel do patrimônio arquitetônico no  
projeto da cidade contemporânea  
Prof. Beatriz Kühl

História do Urbanismo: Teorias e  
Histórias  
Prof. Carlos Roberto M. de Andrade

A Formulação das Políticas Públicas  
no Projeto da Cidade Contemporânea  
Prof. Fernando de Mello Franco

Pensamento Crítico na Arquitetura e  
Urbanismo - I  
Prof. Luiz Recaman

Pensamento Crítico na Arquitetura e  
Urbanismo - II  
Prof. Leandro Medrano

A Questão Habitacional no Projeto  
da Cidade Contemporânea: Revisão  
Histórica e Desafios Contemporânea  
Prof. Nabil Bonduki

**Aula**



COLEÇÃO  
**PRIMEIRAS  
AULAS**

BEATRIZ MUÇAYAR

**KÜHL**

**O PAPEL DO  
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO  
NO PROJETO DA CIDADE  
CONTEMPORÂNEA**

Bauru - SP  
2019

R439o

Retto Júnior, Adalberto da Silva; Kühl, Beatriz Mugayar

O papel do patrimônio arquitetônico no projeto da cidade contemporânea [recurso eletrônico] / Coordenador Adalberto da Silva Retto Júnior. 1 ed. – Bauru: ANAP, 2019.

100 p; il.

Requisitos do Sistema: Adobe Acrobat Reader  
ISBN 978-85-68242-88-9

1. Cidade 2. Arquitetura 3. Patrimônio

I. Título.

CDD: 720  
CDU: 720/49

Índice para catálogo sistemático  
Brasil: Arquitetura

## CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adeir Archanjo da Mota - UFGD  
Profª. Drª. Alba Regina Azevedo Arana - UNOESTE  
Prof. Dr. Alexandre Carneiro da Silva  
Prof. Dr. Alexandre França Tetto - UFPR  
Prof. Dr. Alexandre Sylvio Vieira da Costa - UFVJM  
Prof. Dr. Alfredo Zenen Dominguez González - UNEMAT  
Profª. Drª. Alina Gonçalves Santiago - UFSC  
Profª. Drª. Aline Werneck Barbosa de Carvalho - UFV  
Prof. Dr. Alyson Bueno Francisco - CEETEPS  
Profª. Drª. Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão - UFPA  
Profª. Drª. Ana Lúcia de Jesus Almeida - UNESP  
Profª. Drª. Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da Costa - IFAC  
Profª. Drª. Ana Paula Branco do Nascimento – UNINOVE  
Profª. Drª. Ana Paula Fracalanza – USP  
Profª. Drª. Ana Paula Novais Pires  
Profª. Drª. Ana Paula Santos de Melo Fiori - IFAL  
Prof. Dr. André de Souza Silva - UNISINOS  
Profª. Drª. Andrea Aparecida Zacharias – UNESP  
Profª. Drª. Andrea Holz Pfitzenreuter - UFSC  
Prof. Dr. Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira - UFAM  
Prof. Dr. Antonio Marcos dos Santos - UPE  
Profª. Drª. Arlete Maria Francisco - FCT/UNP  
Profª. Drª. Beatriz Ribeiro Soares - UFU  
Profª. Drª. Carla Rodrigues Santos - Faculdade FAS�PE  
Prof. Dr. Carlos Andrés Hernández Arriagada  
Profª. Drª. Carmem Sílvia Maluf - Uniube  
Profª. Drª. Célia Regina Moretti Meirelles - UPM  
Prof. Dr. Cesar Fabiano Fioriti - FCT/UNESP  
Prof. Dr. Cledimar Rogério Lourenzi - UFSC  
Profª. Drª. Cristiane Miranda Martins - IFTO  
Profª. Drª. Daniela de Souza Onça - FAED/UESC  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva - UNESP  
Profª. Drª. Denise Antonucci - UPM  
Profª. Drª. Diana da Cruz Fagundes Bueno - UNITAU  
Prof. Dr. Edson Leite Ribeiro - Unieuro - Brasília / Ministério das Cidades  
Prof. Dr. Eduardo Salinas Chávez - Universidade de La Habana, PPGG, UFGD-MS  
Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti - UFGD  
Profª. Drª. Eliana Corrêa Aguirre de Mattos - UNICAMP  
Profª. Drª. Eloisa Carvalho de Araujo - UFF  
Profª. Drª. Eneida de Almeida - USJT  
Prof. Dr. Erich Kellner - UFSCar  
Prof. Dr. Eros Salinas Chávez - UFMG/Aquidauana Post doctorado  
Profª. Drª. Fátima Aparecida da Silva Iocca - UNEMAT  
Prof. Dr. Felipe Pessoa de Melo - Centro Universitário AGES  
Prof. Dr. Fernanda Silva Graciani - UFGD  
Prof. Dr. Fernando Sérgio Okimoto - UNESP  
Profª. Drª. Flávia Akemi Ikuta - UMS

Profª. Drª. Flávia Maria de Moura Santos - UFMT  
Profª. Drª. Flávia Rebelo Mochel - UFMA  
Prof. Dr. Flavio Rodrigues do Nascimento - UFC  
Prof. Dr. Francisco Marques Cardozo Júnior - UESPI  
Prof. Dr. Frederico Braidá Rodrigues de Paula - UFJF  
Prof. Dr. Frederico Canuto - UFMG  
Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai - UFSCar  
Prof. Dr. Gabriel Luis Bonora Vidrih Ferreira - UEMS  
Profa. Dra. Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues - UFU  
Prof. Dr. Generoso De Angelis Neto - UEM  
Prof. Dr. Geraldino Carneiro de Araújo - UFMAS  
Profª. Drª. Gianna Melo Barbirato - UFAL  
Prof. Dr. Glauco de Paula Cocozza - UFU  
Profª. Drª. sabel Crisitina Moroz Caccia Gouveia - FCT/UNESP  
Profª. Drª. Jakeline Aparecida Semechechem - UENP  
Prof. Dr. João Cândido André da Silva Neto - UEA  
Prof. Dr. João Carlos Nucci - UFPR  
Prof. Dr. João Paulo Peres Bezerra - UFFS  
Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria - FAAC/UNESP  
Prof. Dr. José Aparecido dos Santos - FAI  
Prof. Dr. José Manuel Mateo Rodriguez – Universidade de Havana – Cuba  
Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto – UFPA  
Prof. Dr. José Seguinot - Universidad de Puerto Rico  
Prof. Dr. Josep Muntañola Thornberg - UPC -Barcelona, Espanha  
Prof. Dr. Josinês Barbosa Rabelo - UFPE  
Profª. Drª. Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia - UFPA  
Profª. Drª. Juliana Heloisa Pinê Américo-Pinheiro - FEA  
Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia - UFPR  
Profª. Drª. Karin Schwabe Meneguetti - UEM  
Prof. Dr. Leandro Gaffo - UFSB  
Profª. Drª. Leda Correia Pedro Miyazaki - UFU  
Profª. Drª. Leonice Seolin Dias - ANAP  
Profª. Drª. Lidia Maria de Almeida Plicas - IBILCE/UNESP  
Profª. Drª. Lisiane Ilha Librelotto - UFS  
Profª. Drª. Luciana Ferreira Leal - FACCAT  
Profª. Drª. Luciana Márcia Gonçalves - UFSCar  
Prof. Dr. Marcelo Campos - FCE/UNESP  
Prof. Dr. Marcelo Real Prado - UTFPR  
Profª. Drª. Marcia Eliane Silva Carvalho - UFS  
Profª. Drª. Márcia Eliane Silva Carvalho - UFS  
Prof. Dr. Márcio Rogério Pontes - EQUOIA Engenharia Ambiental LTDA  
Profª. Drª. Margareth de Castro Afeche Pimenta - UFSC  
Profª. Drª. Maria Ângela Dias - UFRJ  
Profª. Drª. Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci - IAU  
Profª. Drª. Maria Augusta Justi Pisani - UPM  
Profª. Drª. Maria Gloria Fabregat Rodríguez - UNESP  
Profª. Drª. Maria Helena Pereira Mirante – UNOESTE  
Profª. Drª. Maria José Neto - UFMS  
Profª. Drª. Maristela Gonçalves Giassi - UNESC

Profª. Drª. Marta Cristina de Jesus Albuquerque Nogueira - UFMT  
Profª. Drª. Martha Priscila Bezerra Pereira - UFCG  
Prof. Dr. Mauricio Lamoan Ferreira - UNINOVE  
Prof. Dr. Miguel Ernesto González Castañeda - Universidad de Guadalajara - México  
Profª. Drª. Natacha Cintia Regina Aleixo - UEA  
Profª. Drª. Natália Cristina Alves  
Prof. Dr. Natalino Perovano Filho - UESB  
Prof. Dr. Nilton Ricoy Torres - FAU/USP  
Profª. Drª. Olivia de Campos Maia Pereira - EESC - USP  
Profª. Drª. Onilda Gomes Bezerra - UFPE  
Prof. Dr. Oscar Buitrago - Universidad Del Valle - Cali, Colombia  
Prof. Dr. Paulo Alves de Melo – UFPA  
Prof. Dr. Paulo Augusto Romera e Silva – DAEE - SP  
Prof. Dr. Paulo Cesar Rocha - FCT/UNESP  
Prof. Dr. Paulo Cesar Vieira Archanjo  
Profª. Drª. Priscila Vargas da Silva - UFMS  
Profª. Drª. Regina Célia de Castro Ferreira - UEMA  
Prof. Dr. Renan Antônio da Silva - UNESP - IBRC  
Prof. Dr. Ricardo de Sampaio Dagnino - UNICAMP  
Prof. Dr. Ricardo Toshio Fujihara - UFSCar  
Profª. Drª. Risete Maria Queiroz Leao Braga - UFPA  
Prof. Dr. Rodrigo Barchi - UNISO  
Prof. Dr. Rodrigo Cezar Criado - TOLEDO Prudente Centro Universitário  
Prof. Dr. Rodrigo Gonçalves dos Santos - UFGS  
Prof. Dr. Rodrigo José Pisani - UNIFAL-MG  
Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho - UFGD  
Prof. Dr. Ronaldo Rodrigues Araujo - UFMA  
Profª. Drª. Roselene Maria Schneider - UFMG  
Prof. Dr. Salvador Carpi Junior - UNICAMP  
Profª. Drª. Sandra Mara Alves da Silva Neves - UNEMAT  
Prof. Dr. Sérgio Augusto Mello da Silva - FEIS/UNESP  
Prof. Dr. Sergio Luis de Carvalho - FEIS/UNES  
Profª. Drª. Silvia Carla da Silva André - UFSCar  
Profª. Drª. Sílvia Mikami G. Pina - Unicamp  
Profª. Drª. Simone Valaski - UFPR  
Profª. Drª. Sueli Angelo Furlan - USP  
Profª. Drª. Tânia Paula da Silva - UNEMAT  
Profª. Drª. Vera Lucia Freitas Marinho – UIEMS  
Prof. Dr. Vilmar Alves Pereira - FURG  
Prof. Dr. Vitor Corrêa de Mattos Barretto - FCAE/UNESP  
Prof. Dr. Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior - UFCG  
Profª. Drª. Yanayne Benetti Barbosa

**Parceria**

GRUPO SITU/DAUP/FAAC/ TV Unesp

**Coordenação da série**Prof. Adalberto da Silva Retto Jr  
Unesp - Bauru**Equipe Organizadora**Prof. Dr. Adalberto da Silva Retto Jr  
Unesp - BauruProf. Dr. Luiz Claudio Bitencourt  
Unesp – Bauru e EduvaleProfa. Dra. Lillian Nakashima  
USC**Comissão Científica**Adalberto da Silva RETTO JR  
DAUP - Unesp, BauruProf. Dr. Luiz Cláudio BITENCOURT  
DAUP - Unesp, BauruProf. Dr. Marcelo Carbone CARNEIRO  
CHU - Unesp, BauruProf. Dr. Guido ZUCCONI  
IUAV di VeneziaProf. Dr. Marco DE MICHELIS  
IUAV di Venezia**Projeto Gráfico**

Érica P. das Neves

**Equipe da TV Unesp****Produção**Licinia Iossi  
Mayra Ferreira**Imagens**Alexsandro Belote  
Antônio Garcia  
Eduardo Marques  
Vanderlei D'lucca**Iluminação**André Bazan  
José Siqueira**Edição**Cláudia Paixão  
Leandro Fontes  
Licinia Iossi  
Mayra Ferreira  
Mônica Ishikawa  
Renan Maia Bolaño  
Octávio Nascimento Neto**Videografismo**

Vinicius Tavares

**Equipe de apoio do Grupo S.I.T.U.**

Arqta. Fabiana Eid Crespilho

Thiago Tomassine  
Arquitetura e Urbanismo USCMatheus Drummond Weffort  
Arquitetura e Urbanismo Unesp - Bauru

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA NATUREZA DA ALTA PAULISTA

APRESENTAÇÃO 11

INTRODUÇÃO 33

AULA 37

DEBATE 81

SÍNTESE  
BIBLIOGRÁFICA 102

*Ao prof. Dr. Marcelo Carbone Carneiro, Diretor da FAAC, pois ao dar suporte à realização do projeto Primeiras Aulas, ele permitiu a exploração de interrelações na FAAC, a vocação extensionista da Unesp e a integração com as práticas pedagógicas e de pesquisa, à luz das novas formas de comunicação digital e socialização.*



ao(s) mestre(s)...

## APRESENTAÇÃO

Primeiras Aulas: entre prática cívica e escolhas ética, estética e política

A série “Primeiras Aulas”, cujo sentido inicial visava comemorar os 40 anos da Unesp, objetivou reavivar a “aula” - uma antiga prática acadêmica-, como “atividade cívica”, diante do “novo papel” que a universidade pública deveria assumir, em especial no tocante à questão pedagógica e às tecnologias que influenciam os novos modos de aprender, comunicar, pensar e também de se relacionar com a sociedade, frente à crescente propagação do chamado “analfabetismo funcional”. Para tal, foram convidados grandes mestres que enriqueceram, e continuam enriquecendo direta ou indiretamente, a construção de um itinerário de pesquisa no âmbito da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC, Unesp – Bauru.

A escolha do título da série é uma homenagem póstuma ao professor italiano Bernardo Secchi e deriva do livro “*Prima Lezione di Urbanistica*”<sup>1</sup>, traduzido para o português, após sua vinda ao Brasil como consultor durante a elaboração do Plano Diretor

1 SECCHI, Bernardo. Primeira lição de urbanismo. Tradução de Marisa Barda e Pedro M. R. Sales. São Paulo, Perspectiva, 2007, p. 11

Participativo do Município de Agudos<sup>2</sup>. O convite para resenhar o livro de Bernardo Secchi e a atitude crítica com relação à escolha da palavra “lição”, por parte do autor e dos tradutores, para compor o título do livro levaram-me a montar um quadro analítico no intuito de, por um lado, embasar a reflexão sobre a importância de uma “prima lezione” que poderia minimizar o chamado “analfabetismo urbanístico”, termo apropriadamente cunhado pela profa. Ermínia Maricato e constatado na prática durante a elaboração e as revisões de planos diretores de cidades de pequeno e médio porte do Centro-Oeste Paulista e, por outro, refletir sobre a atuação profissional do arquiteto e urbanista, além do papel político da profissão.

Sobre o papel político de nossa profissão, o próprio homenageado nos propõe explorá-lo no prefácio do livro “*Matières de Ville: Projet Urbain et Enseignement*”, a partir de três palavras cuja história está ligada à República Francesa: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”<sup>3</sup>.

“O que quer dizer “Liberdade”?”

Significa que a sociedade contemporânea, com suas diferenças nacionais, étnicas e culturais – que continuamos enfatizando, senão exagerando – nos oferece a possibilidade de escolher trajetórias e estilos de vida diversos. Desde Roland Barthes e Henri Le-

febvre, as pesquisas nos mostraram como a liberdade, tanto individual quanto coletiva, embora dependa de outros fatores é estritamente ligada ao ambiente em que vivemos, ao ambiente construído, ou seja, ao ambiente urbano.

O tema da disponibilização de estilos de vida distintos incita a refletir sobre as velhas categorias de tipologia e morfologia. Trata-se de ver como diferentes tipos de espaços habitáveis podem ser compostos em função de aspectos morfológicos totalmente distintos daqueles aos quais costumávamos pensar numa época em que não tínhamos a sorte que representam a liberdade, a individualidade e a gestão do próprio cotidiano para o indivíduo de hoje. Esse ponto, precisamente, tornou-se um importante tema de projeto, a ser desenvolvido seja por exercícios nas escolas de arquitetura, seja na vida profissional. Se, a partir dessa perspectiva, olharmos as enormes cidades difusas de Flandres ou da região do Vêneto, imensas extensões urbanas espalhadas que misturam velhos centros históricos, periferias e vastas áreas residenciais, somos levados a formular opiniões distintas daquelas comumente defendidas.

O que significa “Igualdade”?

Recorrentemente, essa noção gera problema: como conceber uma cidade que seja a representação de sociabilidades distintas? Como criar uma cidade em que não haja nenhuma segregação entre os diversos grupos sociais? Uma cidade na qual se possa viver sem a marca do seu status social?

Essa questão é muito mais complexa que a exploração da liberdade, pois aqui se aborda o tema da mescla. Como acomodar juntos jovens e pessoas mais velhas? Como organizar a coabitação de costumes, origens étnicas ou

2 O Plano Diretor Participativo de Agudos PDPA, (2004-2006), denominado Laboratório Agudos, foi desenvolvido pela equipe do grupo SITU (Grupo em Pesquisas Integradas Territoriais e Urbanas) e *Dottorato di Urbanistica* do IUAV de Veneza, a partir de dois workshops durante a elaboração do plano.

3 SECCHI, B. “La Recherche et le Projet Urbain” In.: TSIOMIS, Y.(org.) “*Matières de Ville: Projet Urbain et Enseignement*” (Éditions de la Villette/ Cité de l’architecture et du patrimoine, Paris, 2008).



estilos de vida diferentes? E ainda, como misturar as diversas atividades?

Quando se explora esse tema em profundidade, surge a percepção de que será preciso inventar exercícios pouco habituais, principalmente se se considera o fato de a sociedade não ser estática. O que é compatível hoje, talvez não o seja amanhã. A sociedade evolui depressa em um ambiente construído que, ao contrário daquela, é dotado de tremenda inércia.

Tal dualidade, inércia/rapidez (e seus comportamentos múltiplos) constitui o nosso tema. Não se trata de um tema novo, mas de uma nova declinação deste último, dentro da tradição do urbanismo europeu que busca obter, por meio da urbanização, uma melhor repartição do bem-estar entre os grupos sociais. O contrário pode ser verificado, por exemplo, no urbanismo dos Estados-Unidos.

Quanto ao termo “Fraternidade” traz, ao mesmo tempo, um projeto mais fácil e mais complicado. Trata-se mais uma vez de reencontrar o gosto pelo compartilhamento dos espaços. Não se pode mais aceitar e se satisfazer com as categorias público/privado. Tal distinção vale ainda na área da gestão, mas não mais no âmbito da concepção. É preciso pensar no compartilhamento dos espaços, começando pela parte interna da própria casa; é preciso refletir novamente sobre as “idiormias” dos sujeitos, individuais e coletivos, em suas práticas cotidianas; é preciso renovar a reflexão sobre a dimensão corporal da cidade. Quando, no doutorado, foi dado como objeto de pesquisa o tema “Como viver juntos”, um questionamento oriundo de Roland Barthes, descobriu-se um universo inesperado através de estudos, pesquisas e exercícios de projeto.

E complementa:

Embora um tanto envelhecidas em apa-

rência, as palavras “liberdade”, “igualdade” e “fraternidade” são, na realidade, a fronteira que a sociedade de hoje nos propõe. Cabe-nos explorá-la com a necessária capacidade de invenção e imaginação, sem esquecer, contudo, que a atividade de projeto não se coloca inicialmente como ação política ou na sua condição institucional, mas com um sentido crítico, ou seja, de “ação na tensão”.<sup>4</sup>

O alargamento epistemológico, teórico e conceitual do horizonte reflexivo permitiu descortinar diversos contextos em que uma “primeira aula”, de forma geral, se colocava como evento para além de um plano de ensino. Nas universidades dos países de língua portuguesa utiliza-se aula magna com o mesmo caráter celebrativo das *Leçons do Collège de France*, ou ainda, *Lectio Magistralis*, no contexto universitário italiano, e MasterClass na língua inglesa. Porém, a *Prima Lezione di Urbanistica* de Bernardo Secchi, que está no conceito da própria coleção em que o livro está inserido e, que no meu ponto de vista, se afinava com o caráter a ser dado à série em construção, objetivava rejeitar a extrema especialização da disciplina. Ao permitir uma abordagem plural de pontos de vista, possibilita que o fenômeno urbano seja explorado com complexidade, sem perder a importância e a fecundidade de uma abordagem genuinamente interdisciplinar.

Nas suas palavras, na contracapa da edição italiana:

*Per urbanistica intendo non tanto un insieme di opere, di progetti, di teorie o di norme*

<sup>4</sup> A tradução das citações: Luc Matheron.

*unificate da un tema, da un linguaggio e da un'organizzazione discorsiva, tanto meno intendo un settore d'insegnamento, bensì le tracce di un vasto insieme di pratiche: quelle del continuo e consapevole modificare lo stato del territorio e della città* (SECCHI, 2000)<sup>5</sup>.

O viés formativo que se buscava, para calibrar o conceito do evento proposto, aparece no contexto brasileiro de forma significativa em duas coleções de livros de bolso lançadas e editadas pela Editora Brasiliense, a partir do final da década de 1970: a Coleção “Primeiros Passos” e a Coleção “Tudo é História”.

Analisando cuidadosamente os títulos propostos, percebe-se que a questão urbana emerge de forma relevante. Nesse sentido, a primeira lista de possíveis convidados foi, pretensiosamente, pensada como atualização desses títulos. Do elenco inicial, dois nomes viriam representar essa linha aproximativa: Maria Stella Martins Bresciani, professora da Unicamp: “Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza” (Tudo é História, n. 52, 1982), e Raquel Rolnik, da USP: “O que é Cidade” (Primeiros Passos, 1988).

Outros convites aventados pela proximidade temática, infelizmente, não se concretizaram: Carlos A. C. Lemos: “O Que é Arquitetura (Primeiros Passos, 1980) e “O Que é Patrimônio Histórico” (Primeiros Passos, 1982); A. J. Gonçalves Jr., Aurélio Sant’anna, Frederico Carstens, Rossano Fleith: “O

<sup>5</sup> “Por Urbanismo entendo não tanto um conjunto de obras, projetos, teorias ou regras unificadas por um tema, por uma linguagem e por uma organização discursiva, muito menos entendo o termo como um campo de ensino, mas os traços de um vasto conjunto de práticas: aquelas do continuo e consciente modificar o estado do território e da cidade”.

Que é Urbanismo” (Primeiros Passos, 1991); Vavy Pacheco Borges: “O Que é História” (Primeiros Passos, 1980); Marilena Chauí: “O que é ideologia” (Primeiros Passos, 1980), Olgária C. F. Matos: “Paris 1968: As Barricadas do Desejo” (Tudo é História, 1989).

Porém, a opção deliberada pela palavra Aula em vez de Lição remeteu-me ao argumento apresentado durante a discussão acalorada com o próprio Secchi, em uma consulta sobre o título da edição em português do seu livro: o “juízo de valor” que a palavra possui na língua portuguesa. Na ocasião, minha justificativa apoiou-se em dois pontos:

1. A tradução da conferência de posse e abertura do novo curso de semiologia literária no *College de France*, proferida por Roland Barthes e denominada *Leçon*, em 7 de janeiro de 1977, explicitada pelo próprio Secchi para explicar seu percurso narrativo e traduzida por Leyla Perrone-Moisés com o título de “aula”;
2. A utilização da palavra lição pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier, ao escrever, no início dos anos vinte, sobre as cidades de Roma e Veneza. No livro *Vers une architecture* de 1923, no capítulo “A lição de Roma”:

Roma é uma paisagem pitoresca. Lá a luz é tão bela que ratifica tudo. Roma é um bazar onde se vende de tudo. Todos os utensílios da vida de um pouco lá ficaram, o brinquedo da infância, as armas dos guerreiros, os restos dos altares, as bacias dos Borgia e os penachos dos aventureiros. Em Roma o Feio é legião.

Roma é um pitoresco bazar ao ar livre. Há de todos os horrores e o mau gosto da Renascença romana. Esta Renascença, nós a julgamos com nosso gosto moderno que dela nos separa por quatro grandes séculos de esforços, o XVII, o XVIII, o XIX, o XX.

Dispomos do benefício desse esforço, julgamos duramente, mas com uma clarividência motivada. Falta à Roma entorpecida após Michelangelo esses quatro séculos. Repondo o pé em Paris, retomamos consciência da escala. A lição de Roma é para os sábios, aqueles que sabem e podem apreciar, aqueles que podem resistir, que podem controlar. Roma é a perda daqueles que não sabem muito. Colocar em Roma estudantes de arquitetura é mutilá-los por toda vida. O Grande Prêmio de Roma e a Villa Médici são o câncer da arquitetura francesa.

Em contraposição *La Leçon de Venise*<sup>6</sup>, como denomina Stanislaus Von Moos, a cidade lagunar é descrita como modelo de nova hierarquia urbana moderna:

*(...) cette ville qui, à cause de son plan d'eau, représente l'outillage le plus formel, la fonction la plus exacte, la vérité la plus indiscutable – cette ville qui, dans une unité unique au monde, en 1934 encore (à cause du plan d'eau) est l'image entière, intégrale des actes hiérarchisés d'une société* (LE CORBUSIER, 1937)<sup>7</sup>.

Nos seus relatos, as duas cidades emergem respectivamente como anti-exemplo e exemplo de Urbanismo. É claro que não se trata de uma lição

6 Von Moos, Stanislaus: “*La leçon de Venise*”. In Le Corbusier: Album La Roche. Milano: Electa, 1996. pp. 24-40.

7 LE CORBUSIER, *Quand les cathédrales étaient blanches*, Paris, 1937, p. 8.

sobre técnica de planejamento, pois não explica a cultura do plano ou o processo de sua formação; não aborda a questão da análise nem a concepção do plano; não revela os mistérios da disciplina. Mas como verdadeiras “lições” de planejamento urbano imbuídas de um sentido moralizador. Como observado no título definitivo da edição brasileira – Primeira Lição de Urbanismo, o argumento apresentado não se sustentou.

Duas outras “aulas” ganharam particular interesse: a aula inaugural intitulada “O Desenho”, em 1967 na FAU-USP, em que professor engenheiro-arquiteto João Batista Vilanova Artigas defende o projeto como atitude de resistência à opressão; e a aula do mesmo arquiteto, por ocasião de seu retorno à FAU-USP após período no exílio, no concurso para professor titular, cujas arguições foram publicadas sob o título de “A Função Social do Arquiteto”<sup>8</sup>.

Dizia ele:

Entretanto, é preciso falar sobre a função social do arquiteto sob o ângulo específico da arquitetura moderna. Sob o ângulo daquela arquitetura vivida no Brasil, sem ficar no plano genérico de uma arquitetura universal que tenha finalidade social – que não é o caso de nosso enfrentamento, da problemática que me foi dada, pelo menos de meu ponto de vista.

A arquitetura moderna originou-se [e isso quem diz com certa clareza é um crítico

8 ARTIGAS, Vilanova. *A função social do arquiteto*. São Paulo: Nobel-Fundação Vilanova Artigas, 1989. Esse conjunto de arguições foi posteriormente incorporado em: ARTIGAS, Vilanova. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

que todos conhecemos chamado Manfredo Tafuri (Cacciari, M., Dal Co, F., *De la Vanguarda a la Metrópoli*, 1972)] das esperanças de transformação social do mundo frente à Revolução Russa. A verdade é que a Revolução Bolchevique, como diz o próprio Tafuri, ofereceu ao mundo dos anos 20 a perspectiva de um mundo novo (ARTIGAS, J.B.V. 1989, p.13).

Neste ponto, o nexos fundamental explicitado no subtítulo desta introdução encontra sua melhor adequação e permitiu o fechamento conceitual da proposta em construção. Essas primeiras aulas funcionariam, portanto, como resposta ao cenário político que, paulatinamente, estava sendo tramado. E assim, rediscutiriam um conjunto de crenças que o mundo acadêmico compartilha, como as da Extensão Universitária e da Pesquisa Aplicada, sem abrir mão de sua diversidade doutrinária: a liberdade na prática do ensino e da pesquisa. Poderiam ainda explorar o vigor criativo apresentando-se como proposta de renovação baseada no desenvolvimento de temas recentes, os quais poderiam ser pensados como possibilidade de transformar e evitar a rigidez das grades das disciplinas e do enclausuramento da própria universidade pública.

No cenário atual, a “aula como atividade cívica”, que se apoia na ideia de *Civic University*, termo cunhado pela primeira vez por Boyer E.L. (1996, p.11-20) no texto *The Scholarship of Engagement*<sup>9</sup>, poderia redefinir contornos do pensamento absorvendo os temas emergentes para repensar a Unesp em seus

9 BOYER, E.L. The Scholarship of Engagement. *Journal of Public Service Outreach*, v.1(1), 1996.

40 anos: primeiramente, para romper com o isolamento geopolítico dos diversos campi, resultado de um projeto político a ser superado e, em segundo lugar, para diluir o caráter indissociável entre pesquisa, ensino e extensão, fornecendo estratégias para atuar de forma articulada e sempre a partir do contexto e das necessidades locais. O repensar desses três pilares da Universidade – ensino, pesquisa e extensão –, a partir de uma lógica horizontal, poderia congregiar diferentes dinâmicas da sociedade contemporânea, seja do ponto de vista local, seja a partir das demandas sociais de um mundo globalizado.

A partir da tentativa de explorar interrelações na FAAC e a vocação extensionista da Unesp, bem como sua integração com as práticas pedagógicas e de pesquisa à luz das novas formas de comunicação digital e socialização, e seu impacto nas dimensões privada e pública, que se conseguiu o apoio da vice-diretoria da Faculdade de Arquitetura e Artes da Unesp-Bauru, na figura do professor Marcelo Carbone. Esse apoio abriu a possibilidade de:

- Estabelecer uma parceria com a TV Unesp, que se deu em dois momentos: com a Diretora Dra. Ana Silvia Lopes Davi Médola, para a criação da série específica sobre a questão urbana; e com o Diretor Dr. Francisco Machado Filho, para edição e finalização da mesma. O formato do programa, o logotipo e o cenário da série foram pensados de forma a valorizar não só o ambiente da universidade – daí a opção pelo grande auditório no fundo do logotipo –, mas também a expressão da fala fortemente

ritualizada, característica das grandes aulas; esse formato seria reafirmado a partir da concepção de um cenário formado somente por elementos essenciais: um púlpito e um banco;

- Atingir outras universidades da cidade e da região, o que levou ao alargamento do escopo do projeto e da equipe organizadora que passou a contar ainda com Dra. Lilian Nakashima, professora da Universidade Sagrado Coração, egressa do Curso de Arquitetura da Unesp de Bauru, e Dr. Luiz Cláudio Bitencourt, pertencente ao quadro de professores da Unesp – Bauru. Na ocasião, Bitencourt assumiu a coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Eduvale em Avaré e, no início de sua gestão, implementou a série Primeiras Aulas.

Apesar da discussão sobre a possibilidade de a série ser interiorizada como projeto departamental, ideia cara à chefia do Departamento de Arquitetura da Unesp-Bauru, professoras Silvana Alves e Marta Enokibara na ocasião da proposta, optou-se por iniciá-la com dois módulos: História e a Construção do Projeto da Cidade Contemporânea à luz das políticas públicas. Isso se deu pelo fato de se observar um grande número de egressos da FAAC-Unesp-Bauru atuando em vários campos, consubstanciando de forma consistente o perfil de um profissional que aplica suas habilidades em distintos setores: nas artes (teatro, música, literatura, cenografia), na arquitetura, no urbanismo, no paisagismo, no design e na comunicação, na publicidade, na comunicação empresarial, e nos diversos níveis da administração pública,

inclusive no Ministério das Cidades.

A importância dos dois eventos intitulados “Percurso dos Egressos”<sup>10</sup>, eventos esses que, nas palavras da pró-reitora de graduação presente na primeira edição, professora Gladis Massini-Cagliari, deveriam ser repetidos pelas outras unidades, revelou na sua inteireza a atuação plural dos nossos ex-alunos. Entretanto, a interdisciplinaridade contida no cerne do projeto pedagógico de nossa Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação é, na realidade, um projeto a ser construído e consubstanciado. A estrutura atual, totalmente anacrônica e que prima pela excessiva fragmentação dos cursos vinculados a departamentos isolados, poderia ser repensada através de um plano que explore complementariedades e tangências à luz da sua natureza ambígua, em função de sua dupla filiação: às ciências sociais aplicadas e à dimensão artística.

Diante da incapacidade de conter as fronteiras disciplinares tradicionais de arquitetura e do urbanismo, a cidade tornou-se o tema focal da série,

<sup>10</sup> Percurso dos Egressos: Tema 01 - O Projeto da Cidade Contemporânea. Data: 17 de março de 2017: Arquiteto e Urbanista Daniel Montandon - Prefeitura Municipal de São Paulo/Ministério das Cidades, Arquiteto e Urbanista Marcelo Ignatios - Prefeitura Municipal de São Paulo, Arquiteto e Urbanista Felipe Francisco de Souza - Banco Mundial, Arquiteto e Urbanista Elisa Pennings - Prefeitura Municipal de Holambra, Arquiteto e Urbanista Alex Rosa - Prefeitura Municipal de Limeira, Arquiteta e Urbanista Andrea Júlia - Prefeitura Municipal de Limeira, Arquiteto e Urbanista Rafael Ambrósio - Santos, Arquiteto e Urbanista João Felipe Lança - Prefeitura Municipal de Bauru; tema 02 - “Visões de Arquitetura e do Espaço na Cidade Contemporânea” - Arquiteta e Urbanista Adriana Benguela, da equipe vencedora do 4º Prêmio de Arquitetura Instituto Tomie Ohtake AkzoNobel pelo projeto Moradas Infantis (Fормoso do Araguaia, TO, 2015), Arquiteto e Urbanista Hugo Serra Alphaville Urbanismo e fez parte da equipe que ganhou Menção Honrosa no Concurso Internacional para o Parque Olímpico - Rio 2016, Arquiteto e Urbanista Leandro Fontana, fez parte da equipe de paisagismo vencedora do 4º Prêmio de Arquitetura Instituto Tomie Ohtake AkzoNobel pelo projeto Moradas Infantis (Fормoso do Araguaia, TO, 2015), Arquiteto e Urbanista Marcos Caracho, com obras significativas na cidade de Bauru e que participou da Casa Cor SP - 2017.

a partir da qual poderiam vir à tona diferentes temáticas do fenômeno urbano. O convite enviado aos professores para compor a série Primeiras Aulas sugeria alguns títulos que destacavam a especialidade de cada pesquisador e solicitava a readequação do título inserindo as palavras História ou Projeto da Cidade Contemporânea.

Porém, a tentativa frustrada de estabelecer divisão entre os dois módulos – História e a Construção do Projeto da Cidade Contemporânea à luz das políticas públicas –, reafirma o que nos diz Alfredo Bosi em “O tempo e os tempos”: que o diálogo com o passado torna-o presente (BOSI, 1992, p.29), ou seja, “o pretérito passa a existir de novo”. Tal assertiva pôde ser vislumbrada na “Primeira Aula de Planejamento Urbano e Regional” ministrada pelo professor Flávio Vilaça, o qual selou de forma magistral o sucesso da série tendo em mãos a Constituição Federal e o Plano Diretor Participativo do Município de Bauru.

A superlotação do auditório com presença de técnicos e profissionais da cidade e da região, nos obrigou a transferir as aulas do auditório do SESC Bauru para o auditório do campus da Unesp. Além disso, a presença do professor Vilaça restabeleceu um antigo elo afetivo e profissional com o autor deste texto: durante o período do meu doutoramento na FAU-USP, os ex-orientandos do professor Vilaça convidavam seus orientados para participarem de um grupo de estudos sobre Urbanismo e Planejamento Urbano, grupo esse que, até hoje, acontece às terças-feiras. Nesse grupo tive oportunidade de

aprender e dialogar com grandes nomes do urbanismo, do planejamento urbano e da área de políticas públicas, todos atuando ativamente nos cenários paulista e nacional.

Conforme a série foi acontecendo, destacou-se a discussão sobre a metamorfose da cidade contemporânea que não poderia ser tratada somente a partir dos problemas do ordenamento do território. Apesar de os pesquisadores discorrerem sobre métodos de investigação e sobre o estudo das fontes, ressaltaram principalmente que a fonte primária em discussão é a própria cidade no seu território. A cada “primeira aula”, um cenário mais amplo e complexo viria à tona, no qual o controle dos usos da terra e o equilíbrio dos recursos naturais em jogo colocam-se como passo inevitável, tanto em termos de governança de sustentabilidade quanto de adaptações às mudanças climáticas e de patrimônio artístico e ambiental.

Contudo, mais do que os contextos urbanos e territoriais, a força propulsora real do desenvolvimento reside nas estratégias que as cidades e os territórios colocam em jogo. Sob essa perspectiva, seguiram-se as Primeiras Aulas dos professores: Ermínia Maricato: “Para entender a Crise Urbana no Projeto da Cidade Contemporânea”; Raquel Rolnik: “Guerra dos Lugares’ e o Projeto da Cidade Contemporânea”; e Nabil Bonduki: “A Questão Habitacional no Projeto da Cidade Contemporânea: Revisão Histórica e Desafios Contemporâneos”.

O estudo e o repensar das estruturas urbanas e territoriais tornam-se, assim, plataforma complexa

para definir a relação entre a pesquisa histórica e o uso atual das estruturas materiais herdadas do passado. A construção das disciplinas História Urbana, História da Cidade, História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo foi abordada nas Primeiras Aulas das professoras: Heliana Angotti-Salgueiro: “História Urbana - Repensar Histórias Cruzadas - Experiências de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo”; e Maria Stella Bresciani: “Historia do Urbano: Temporalidades, Escalas e Pontos de Vistas Contrastantes”. Nas aulas ficou evidente que o urbano deve ser estudado na estratificação complexa de seus diversos elementos constitutivos e deve ser analisado a partir da estreita relação de reciprocidade entre ele e seu território circundante.

Da mesma forma, a História do Pensamento Crítico na Arquitetura foi o tema tratado na sua especificidade nas Primeiras Aulas dos professores: Sophia Telles: “História da Arquitetura: “Século XX - Três Cortes: Procedimentos/Cadeia Produtiva/Significado”; Leandro Medrano e Luiz Recaman (FAU-USP): Pensamento Crítico na Arquitetura e Urbanismo”, de acordo com o método de investigação sob o ângulo de sua natureza formal, com ferramentas adequadas, tipos de fontes e sua aplicabilidade de acordo com a especificidade do território e estrutura urbana em análise.

Hoje, como no passado, as cidades continuam a ser objeto de considerável interesse tanto no nível teórico quanto em termos práticos. Se por um lado, as teorias sobre a crise e o declínio das cidades crescem, por outro, testemunhamos cada vez mais

processos importantes de reconstrução, reestruturação, redensolvimento, ou – para usar um termo que é muito comum hoje – regeneração do tecido urbano. A crescente literatura sobre a história e a teoria dessas práticas foi abordada na Primeira Aula do professor Carlos Roberto M. de Andrade: “História do Urbanismo: Teorias e Histórias”.

Do ponto de vista do patrimônio, o “abandonado” é emblema de uma desertificação produtiva que teve como resultado lacerações profundas no tecido social e econômico - basta pensar no impacto que teve o encerramento do sistema ferroviário sobre o emprego e renda de determinadas famílias -, quando se analisa o pátio ferroviário de Bauru: ao mesmo tempo, um processo de degradação urbana e territorial, deixando sinais de uma paisagem que se deteriora e “consome” a identidade do território. Principalmente, e quase paradoxalmente, isso se verifica quando a área em abandono coloca-se no projeto da cidade contemporânea, como recurso para o sistema econômico regional e pode, de fato, tornar-se um espaço redesenhado para novas atividades produtivas em torno das quais o território pode apostar em um futuro diferente. Vista a partir dessa perspectiva proativa a área em desuso é, em certo sentido, símbolo de transformação e regeneração do espaço urbano incentivando o enxerto de outras atividades, com maior conteúdo de inovação e qualidade de produção. Essa perspectiva pressupõe que, em torno do trabalho de recuperação da área desocupada, o território repense seu próprio modelo de desenvolvimento, identificando potenciais e vocações para sustentar o crescimento com um adequado plano de ação.

Entre os elementos de crise no espaço público está o uso instrumental do conceito de público para apoiar programas políticos e projetos urbanos, defender mudanças sociais e legitimar transformações espaciais. Por isso, é necessário restituir o valor ético ao projeto do espaço público, no sentido de que todo gesto e toda ação de desenho, em todas as escalas, devem ter consciência do papel que exercem no destino pessoal e coletivo.

As Primeiras Aulas dos professores: Beatriz Kühl, “O papel do Patrimônio Arquitetônico no Projeto da Cidade Contemporânea”; e Fernando de Mello Franco, “A Formulação das Políticas Públicas no Projeto da Cidade Contemporânea”, orbitaram entre o campo de investigação histórica e a questão da qualificação da cidade existente à luz das políticas públicas.

Ao promover o conhecimento e o confronto entre os indivíduos, as Primeiras Aulas são gestos que estabelecem as bases para novas formas de convivência e reconstróem o vínculo, cada vez mais instável, entre a academia, a realidade e sua representação. Isso significa cuidar de um lugar que sempre foi e continuará sendo um recurso precioso capaz de sustentar os processos evolutivos da cidade e de reconhecer o próprio espaço como componente fundamental da esfera pública, da vida urbana e, sobretudo, da vida democrática da sociedade.

**Adalberto da Silva Retto Júnior**

Universidade Estadual Paulista *Júlio Mesquita Filho*  
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação  
Campus Bauru





Adalberto da  
Silva Retto Jr.



Boa noite a todos. Venho aqui fazer, como faz tempo que nós começamos eu preciso recapitular algumas coisas. Lembrar que essa série, ela vai ser filmada pela UNESP, vai ser colocada online em formato digital, para acessar posteriormente. Isso significa dizer que nós estamos gravando e que as pessoas que tem celular e fotos, nós pediríamos o favor de desligarem, ou, pelo menos, deixarem no silencioso. Após a aula da professora, o microfone vai estar livre para perguntas e etc..

Talvez eu não seja a pessoa mais adequada para apresentar a Professora Beatriz, pois a estou conhecendo pessoalmente apenas hoje. Entretanto, a partir do momento em que eu virei conselheiro do CONDEPHAAT, eu tive um contato direto com a produção da Professora Beatriz e que, aqui no departamento, sua produção já era muito trabalhada pelo pessoal que trata dos temas de patrimônio, que pediram para eu vir fazer essa apresentação. Então, a série que nós quisemos começar a trabalhar sobre os 40 anos da UNESP era, justamente, para dar suporte a alguns temas, muito importantes, atuais, que é trazer pessoas relevantes, interlocutores, seja diretos ou a partir da obra. Nesse sentido, nós tivemos uma

série de pessoas, essa é a oitava aula e agradecemos muito a generosidade da Professora que, imediatamente, aceitou o convite. Ela estava viajando, mas assim que ela pode ter acesso, ela aceitou o convite.

Logo, eu vou passar rapidamente o currículo da Professora, de uma forma muito resumida. Ela tem graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Mestrado em *Architectural Conservation na Katholieke Universiteit Leuven*. Doutorado de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo e pós-doutorado na *Sapienza* de Roma. Atualmente é Professora associada da Universidade de São Paulo, onde leciona desde 1998, atuando tanto na graduação quanto na pós-graduação na área de História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, linha de pesquisa História e Preservação da Arquitetura. Foi membro em 2013/2014 do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico e Artístico, CONDEPHAAT, como representante da FAU-USP. Tem uma experiência na área de Arquitetura e Urbanismo com ênfase na área de História da Arquitetura e Preservação, atuando, principalmente, nos seguintes temas: conservação e restauração, bens culturais, arquitetura ferroviária, arquitetura de ferro e arquitetura industrial. É bolsista produtividade CNPQ nível 2 desde 2010 e pesquisadora associada do Núcleo de Apoio à Pesquisa, São Paulo: cidade, espaço e memória da USP desde 2012. Coordenada um dos eixos de ação do projeto do Plano de Conservação Preventiva para o Edifício Vilanova Artigas, da FAU-USP, com o financiamento da Getty Foundation. Nesse sentido, quando nós trouxemos a Pro-

fessora Beatriz, nós queríamos que ela refletisse um pouco e o título da aula que nós conversamos é: “O papel do patrimônio arquitetônico no projeto da cidade contemporânea” e, logo, eu passo a palavra para a Professora Beatriz. Obrigado.



Muito obrigada Adalberto. Boa noite a todos. Antes de mais nada eu gostaria de agradecer à Unesp, por esse convite, pela oportunidade e pelo privilégio que é participar dessa série de apresentações abertas ao público, e agradecer em especial ao Professor Adalberto, a quem não conhecia pessoalmente e foi o meu contato durante todo esse período. É um prazer conhecê-lo pessoalmente hoje.

Foi trocando impressões com ele sobre os objetivos dessa série de conferências e sobre o que eu poderia falar a partir dos meus próprios temas de pesquisa, de minhas inquietações ligadas ao campo da Preservação Arquitetônica, que eu resolvi estruturar minha fala, partindo do mote “Projeto da Cidade Contemporânea”, para discutir arquitetura, especialmente projeto de restauração arquitetônica, e suas relações com esse tema e como a restauração participa, nos dias de hoje, do projeto da cidade.

De um modo geral, quando falamos em Patrimônio, a tendência da maioria das pessoas é enxergar os bens culturais – sejam eles obras arquitetônicas, ou bens de outras naturezas – como pertencentes a uma realidade distante das práticas cotidianas. Na verdade, eu queria mostrar que os bens culturais, em geral, e os bens arquitetônicos, em particular, devem,

ou deveriam ser, e são, parte integrante do nosso cotidiano e estão presentes, e deveriam estar presentes, nas políticas e práticas socioculturais e também inseridos numa dinâmica econômica da contemporaneidade, fazendo parte, portanto, do projeto de cidade. Sou professora da FAUUSP e nossa Faculdade tem dois edifícios tombados. Tanto a sede da Cidade Universitária, Edifício Vilanova Artigas, quanto a FAU Maranhão, no bairro de Higienópolis, que é edifício de 1902 vinculado à secessão, *art nouveau*. Ou seja, eu convivo com bens tombados todos os dias em meu trabalho. Mas em geral, quando pensamos, e, às vezes, até eu mesma, quando reflito sobre a questão dos bens culturais, é como se estivéssemos tratando de outra coisa; quando, na verdade, isso é parte integrante da minha vida, assim como da vida de muitas pessoas, de todos nós, ao andar pela cidade, ao vermos os nossos referenciais arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos. Eles são bens culturais e fazem parte da nossa vida, estão ligados às nossas formas de apropriação do espaço, do espaço em que vivemos.

E se pensarmos também o que significa, o que foi a própria noção de Bem Cultural e como se alterou ao longo dos séculos é possível verificar que houve uma contínua e legítima ampliação daquilo que se passou a ser considerado um bem de interesse cultural. Basta ver o que estava consubstanciado, por exemplo, no decreto-lei 25, e aquilo que está na Constituição de 1988. Os bens culturais não mais se limitam às obras de arte excepcionais, ou por estar vinculados a fatos históricos consagrados por uma dada historiografia. Na verdade, a noção de bem cul-

tural se expandiu para tudo aquilo que é testemunho da operosidade humana e que, com o tempo, adquiriu uma significação cultural; podem ser obras muito modestas, que, com o tempo, foram reconhecidas como de interesse para diversas comunidades, para diversas culturas. No início do século 20, no decreto-lei 25 de 1937, a noção de bem cultural era associada à excepcionalidade: os bens deveriam ser representativos de fatos memoráveis, ou ter significativo valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico – para toda a nação – remetendo à ideia de unicidade e homogeneidade. Passamos, na Constituição de 1988, para quadro muito mais inclusivo: os bens culturais são entendidos como portadores de referência à identidade dos diferentes grupos, e associados a uma noção de pluralidade. No artigo 216 os bens culturais são “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Desse modo, os bens não mais tem de ser representativos para toda a nação, mas representativos para grupos formadores, para comunidades, e se estendem a bens de tipo cada vez mais variados e pertencentes a um passado cada vez mais próximo à nós. No Brasil, por vezes, tombamos obras concluídas há relativamente pouco tempo. Se pensarmos que a Igreja de São Francisco da Pampulha foi tombada antes mesmo de ser consagrada, podemos ver o quanto esse passado está próximo do momento de seu reconhecimento como de interesse cultural.

Desse modo, a preservação deixou de se in-

teressar apenas pelos bens excepcionais e passou a se voltar para as obras modestas que adquiriram significação cultural longo do tempo. Autores, como por exemplo, Sônia Rabello ou Úlpiano Bezerra de Menezes, trabalham com nossos textos normativos e ambos apontam as diferenças estruturais entre o decreto-lei 25 e a nossa Constituição. Se tomarmos a Constituição, vemos que oferece um quadro muito mais inclusivo, que faz referência à identidade de diferentes grupos e a uma noção de pluralidade. A excepcionalidade, a unidade, a homogeneidade que transpareciam no decreto-lei 25, vão se transformar numa noção de pluralidade. Eis alguns exemplos de bens tombados na fase pioneira do IPHAN, do então SPHAN; havia prevalência muito grande de bens dos séculos 17 e 18, muitos dos quais filiados à arquitetura religiosa. É algo muito diverso daquilo que aconteceu, por exemplo, em propostas de tombamentos recentes do CONDEPHAAT. Tanto o Adalberto quanto eu fizemos parte do Conselho durante um biênio. Eu estava no período anterior ao dele no CONDEPHAAT e naquele período foi tombada, por exemplo, a sede do DOI-Codi em São Paulo; obviamente, não pela sua arquitetura, mas por aquilo que significou durante o governo totalitário, por questões memoriais e simbólicas, e não por sua qualidade arquitetônica.

Da mesma forma, o estudo para o tombamento de Clubes Sociais Negros no Estado de São Paulo, apresentado em 2014 e que foi muito interessante. Essas formas de sociabilidade até então pouco valorizadas e pouco reconhecidas inclusive pela historiografia e pela crítica, passam a ser reconhecidas

como de interesse cultural, memorial, simbólico, também por razões documentais e pelo papel que desempenharam na identidade de grupos importantes. Do ponto de vista arquitetônico, algumas obras eram extremamente modestas, outras, mais elaboradas; mas aquilo que propiciou o reconhecimento não foi a arquitetura em si, mas o papel que esses clubes desempenharam na sociabilidade de uma época para determinados grupos.

Na verdade, quando pensamos na noção de Patrimônio Cultural presente na nossa Constituição, vemos que é uma noção ampla, muito inclusiva, mas que coloca uma série de dificuldades na prática. Como atuar em relação a bens cada vez mais numerosos, que ocupam áreas cada vez vastas. Na medida em que são reconhecidos como de interesse cultural bens em número muito maior, alguns deles tombados, e outros não, porque existem outras formas de proteção reconhecidas na nossa Constituição, que não necessariamente o tombamento, como inventários, registros, vigilância, Planos Diretores. A nossa Constituição abre o leque não apenas para aquilo que são os bens culturais, mas também para as formas de preservá-los, de tutelá-los, de cuidar deles, algo que vai muito além do instrumento do tombamento. Do ponto de vista normativo, o tombamento é pensado em função daqueles bens do decreto-lei 25 de 1937, ou seja, bens excepcionais. O tombamento é útil, funciona, é necessário, mas funciona mais facilmente para obras grandiosas e isoladas do que, por exemplo, para um centro urbano. O tombamento de um centro urbano gera uma série de questões, que teriam necessariamente de ser articuladas com o Pla-

nejamento Urbano, por exemplo. As considerações não podem ser limitadas, unicamente, à escala do próprio edifício. Um dos desafios dos dias de hoje – do ponto de vista teórico, metodológico e prático – é como tratar essa massa enorme de bens de interesse cultural. Devem ser consideradas as questões documentais, de conformação, memoriais e simbólicas. Mas como fazer isso nessa escala?



Embates acontecem cotidianamente e nós, aqui no Brasil, com raras exceções, ainda não temos a prática de associar a preservação ao planejamento urbano e territorial. Isso já vem acontecendo em outras realidades normativas há mais tempo. São os instrumentos previstos na Constituição de 1988 que ainda não foram incorporados de modo sistemático nas nossas práticas legislativas. Basicamente, pelo menos o CONDEPHAAT, continua muito centrado no tombamento; o próprio órgão Municipal de Preservação em São Paulo, continua atuando prevalentemente pelo tombamento. O diálogo e um trabalho colaborativo com a Secretaria de Planejamento, com

os Planos Diretores ainda é difícil. Mesmo quando bens são apontados nas Zonas Especiais de Preservação Cultural, o procedimento é abrir, ou não, um processo de tombamento para cada bem específico e não preservar a partir do próprio instrumento planejamento urbano, o Plano Diretor. Nossa tendência é sempre ir em direção ao tombamento; nós poderíamos, no entanto, trabalhar de outras formas mais interessantes, mais inclusivas e mais ágeis. O tombamento, do ponto de vista jurídico, funciona muito bem para a excepcionalidade, mas para bens mais afeitos ao cotidiano, é instrumento mais amarrado.

Reconhecendo um bem como de interesse cultural, seja através do tombamento ou de outros meios, nós precisaríamos saber o que fazer com ele, verdade? Devemos entender que a cultura não é algo que está na estratosfera e nós vivendo aqui na terra, mas é uma dimensão, como chama atenção o mesmo Ulpiano Bezerra de Menezes, da “vida social, referente a todos os níveis, espaços e campos” (Uso culturais da Cultura, p. 95), a cultura como algo que “irriga todo o tecido vivo da existência”, fazendo parte também do universo, do cotidiano e do trabalho. Cultura permeia tudo. Muitas vezes, os processos de preservação são acusados de serem insuficientes, apartados da realidade, de não levarem em conta as necessidades da sociedade contemporânea, de serem economicamente inviáveis, mas olhando com cuidado alguns exemplos, eu voltarei a esse assunto, vemos que não é bem assim. Ulpiano vai afirmar no texto “O Campo do Patrimônio Cultural”, publicado no *Fórum do Patrimônio Cultural*, livro editado pelo IPHAN em 2010: “na perspectiva que desenvolvi,

não há qualquer antagonismo. Há uma dimensão econômica do bem cultural, assim como uma dimensão cultural do bem econômico [...] A oposição existe, sim, entre a lógica da cultura (que é uma lógica da finalidade, em que a produção do sentido e da comunicação é que constitui a prioridade, como acentua García Canclini) e a lógica de mercado (que tende a instrumentalizar a cultura na obtenção do lucro”.

Na verdade, existem objetivos diferentes para a lógica da cultura e a lógica do mercado, mas são distintas faces de um mesmo problema. Não dá para ignorar nem as questões econômicas, sociais, políticas ligadas ao Patrimônio Histórico, e nem negar que existe também um aspecto cultural envolvido, um aspecto cultural extremamente relevante, que é parte estruturante das identidades coletivas.

Assim, é possível ver como tudo isso faz parte do nosso cotidiano e possui ramificações para diversos pontos do projeto da cidade. Devemos entender o quanto é importante considerar o Patrimônio como parte viva dos Planos Diretores. Não adianta fazer um Plano Diretor, designar uma dada área como área para operações urbanas especiais e depois olhar se existem ali bens tombados ou bens de interesses para uma dada comunidade. Quando não trabalhamos de maneira articulada, os conflitos vão ser exacerbados e, no entanto, poderiam ser abordados de maneira mais adequada se as questões culturais fossem consideradas desde o início. Quando afirmo que os bens culturais são considerados como tal por razões de cunho cultural, científico e ético, tema so-

bre o qual vou voltar, não é com o intuito de negar a existência de outras questões envolvidas, como as econômicas, sociais e políticas. Elas estão e sempre estarão envolvidas, mas nunca devemos perder de vista aquilo que motivou a preservação; nunca perder de vista os fatores mais propriamente culturais, memoriais e simbólicos que estão envolvidos e que fazem parte da preservação.

Não devemos confundir os fins com os meios, não devemos deixar de lado um dos aspectos dessa complexa equação – o cultural – simplesmente ignorando um dado importantíssimo. A seguir, vou centrar o meu discurso principalmente em algumas questões mais específicas da restauração propriamente dita; mas nunca se deve perder de vista que fazem parte de um complexo e que devem ser trabalhadas de maneira conjunta com outros fatores.

Lembrando que o Patrimônio Arquitetônico não está apartado da nossa vida cotidiana, que é uma dimensão muito relevante das nossas relações com a cidade, que é parte intrínseca do projeto de cidade, é importante levar em conta essa lógica cultural, e não apenas a lógica de mercado, na hora de refletir sobre esses temas. Existe um campo disciplinar, que é o campo da Conservação / Restauração. Há muita controvérsia em torno dessas palavras; não vou entrar no mérito de toda essa discussão, mas por opção epistemológica eu prefiro chamar o campo de Restauração. É um campo que existe, como campo disciplinar considerado autônomo, há mais de século, mas que desenvolve seus instrumentos ao longo de pelo menos cinco séculos. Um campo que desenvol-



veu ao longo de todo esse tempo instrumentos teórico-metodológicos e técnico-operacionais que lhe são próprios. Contra esse campo existem muitos preconceitos, sobre os quais vou falar nesta apresentação.

O primeiro preconceito é achar que a restauração ainda é voltada apenas para testemunhos excepcionais. Nos dias de hoje, quando se fala de restauro, muitos pensam que não se relaciona, por exemplo, quando se trata do patrimônio ferroviário, com a casa de turma na serra ou no meio de uma linha ferroviária. As pessoas acham que restauro é só para Estação de Bauru. Não, não é. O restauro é aplicado também a tudo aquilo que faz parte do complexo ferroviário reconhecido como de interesse cultural, inclusive a própria linha, as obras-de-arte, com hífen, que são as pontes, túneis, viadutos, aterros. O restauro se interessa por tudo isso e se interessa também pelas habitações ligadas às companhias ferroviárias, pelas oficinas, pelos depósitos, armazéns; esse todo faz parte do âmbito de preocupação do restauro. Não é mais como foi, e de fato foi, ao longo do século 19 e em grande parte do século 20, voltado apenas para a excepcionalidade. Justamente com o alargamento daquilo que passou a ser considerado bem de interesse cultural, pensando no complexo Ferroviário de Bauru, e na linha em que ele está, vemos a necessidade de pensar e proteger esse patrimônio de forma integrada, com instrumentos que permitam enxergá-lo como sistema e não como soma de objetos isolados. Ferrovia, que é intrinsecamente um sistema, não funciona como soma de objetos isolados, não é? Mas é assim que temos protegido nossos bens ferroviários, em função dos instrumentos normativos de que dis-

pomos, essencialmente o tombamento. Desse modo, a preservação fica esgarçada, estranha: preservar um ponto, ou alguns pontos, em algo que é uma linha...

Não devemos limitar o nosso raciocínio e a forma de enxergar a preservação em função da limitação dos nossos instrumentos normativos, que precisam ser repensados; do mesmo modo, não podemos limitar o restauro e a preservação como voltados apenas a bens isolados. Se analisarmos o caminho que percorreu a reflexão sobre o restauro ao longo de muitos séculos, e, especialmente, no século 19 e no século 20, vemos que o restauro parte do bem isolado, depois é voltado para o bem isolado buscando preservar as condições para que seja observado – como aparece na Carta de Atenas, de restauração, de 1931, não confundir com a Carta de Atenas do CIAM –. a seguir se volta para o bem e sua área envoltória para na sequência se preocupar em proteger de maneira mais efetiva os conjuntos urbanos, e finalmente se voltar ao território, associando a preservação de bens culturais ao Planejamento Urbano e Territorial, como aparece na Carta e na Declaração de Amsterdã, de 1975. Essa vinculação ao planejamento urbano e territorial já aparecia em propostas anteriores, do início do século 20 na Itália, por exemplo.

Existe um campo disciplinar que se vincula à reflexão sobre esses temas, como articular diversos fatores, o que fazer com esses bens, que é o campo do restauro. Existem preconceitos de considerar que o restauro é voltado somente à excepcionalidade; e também existem problemas relacionados à própria palavra 'restauro', que, em seu sentido comum, sig-

nifica voltar a um estado anterior ou ao estado original. Mas o sentido da palavra 'restauro' no campo disciplinar da restauração se afastou muito do sentido comum ao longo dos séculos. Nos dias de hoje, no entanto, ainda permanecem determinadas visões: muitos continuam achando que o restauro é só para bens excepcionais e que significa voltar ao estado original. O restauro era isso e foi isso até o século 19, começo do século 20. Por uma série de razões – a partir da reflexão crítica sobre os problemas gerados pelas alterações de restauros que voltavam ao suposto estado original idealizado de uma obra, muitas vezes sem nenhuma relação com a obra como transformada ao longo do tempo e percebida num dado presente histórico – o restauro, a partir de finais do século 19 e principalmente no século 20, passou a se interessar e preservar as diversas fases de uma mesma obra, ou seja, como transformada ao longo do tempo, sem a pretensão de voltar a uma origem mítica, não documentada ou demonstrável.

No campo disciplinar do restauro, a ação afastou-se da volta ao suposto estado original e, nos dias de hoje, é pautada pelo respeito pelas várias estratificações da obra. O restauro não volta a estado algum, muito menos ao suposto estado original. Quando se faz o restauro de obra arquitetônica, de uma pintura ou de um conjunto urbano, a obra está numa dada situação e é endereçada para outra. O restauro conduz a um outro estado, levando em conta e respeitando os vários extratos.

É importante dismantelar esses preconceitos que ainda persistem em relação ao restauro; no cam-

po disciplinar, do ponto de vista teórico, a visão de um restauro que volta a fases anteriores ou ao suposto estado original é totalmente ultrapassada. Mas na prática essa percepção ainda é complicada, apesar da longa trajetória das elaborações teóricas, normativas e práticas do restauro, como, por exemplo, ainda no século 19, as de Camillo Boito, ou as de Alois Riegl, de 1903, com propostas para a legislação austríaca. O que o campo do restauro preconiza é o respeito pelas várias estratificações de uma mesma obra; se for preciso fazer adições – se necessárias para proteger, para manter a estabilidade ou para fazer com que o bem seja apropriado de maneira mais adequado na atualidade, por exemplo – elas devem ser distintas da obra original, devem se colocar como novo extrato, um novo extrato que dialoga com os anteriores, não achata, não aniquila aquilo que lá está.

Vejam por exemplo esse castelo em Saliceto, Itália, com restauração do escritório Armellino & Poggio Architetti Associati, apresentado aqui porque premiado em 2010 em concurso internacional voltado para uma relação positiva entre projeto e restauro (International Award Domus Restoration and Preservation). Respeitar a obra, em sua conformação, em seus aspectos materiais e documentais, é condição necessária para ser restauro, mas não suficiente para ser um bom projeto de restauro. Para isso é necessário que seja também um bom projeto de arquitetura.

O castelo passou por sucessivas modificações, perdeu uma torre e, para continuar ativo na vida de uma pequena comunidade, é necessário que tenha usos constantes e que atenda a quesitos de segurança

e acessibilidade. É inadmissível negligenciar esses aspectos e isso deve ser resolvido a partir de um projeto contemporâneo, em que a arquitetura contemporânea se manifesta respeitando o contexto historicizado, tendo por objetivo a preservação desse contexto. Não é a manifestação contemporânea por si e em si, e nem voltada unicamente à solução de questões de uso, segurança e acessibilidade. É resolver essas questões tendo por premissa e por objetivo a preservação, que é motivada por razões de cunho cultural, ético e científico. São os princípios da restauração, derivados dessas razões, que oferecem ajuda para guiar as decisões projetuais. São princípios que exigem respeito pelas várias etapas de uma mesma obra, e de que qualquer acréscimo, se necessário, deva se apresentar como algo dos dias de hoje, sem levar o observador ao engano de confundir a intervenção atual com qualquer uma das fases por que passou a obra. Esses princípios apareciam de maneira incipiente na Carta de Atenas, nos anos 30, um grande primeiro documento internacional, e reaparece, de maneira veemente, na Carta de Veneza de 1964, que é o documento que depois servirá de base na formação do ICOMOS, que é o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, associada à questão de compatibilidade de técnicas e materiais.

Essa visão sobre o restauro não surgiu de um dia para o outro, não seguiu um caminho único, nem foi linear; sempre houve, há e haverá distintas visões sobre os problemas ligados aos bens culturais. A noção apresentada acima, uma construção cultural amparada por elaborações conceituais no campo disciplinar da restauração, não foi feita num dia, numa

semana, num ano. É algo que vem de uma reflexão crítica plurisecular, que alguns autores apontam, principalmente, a partir do Renascimento, baseada em colocações de Alberti sobre a forma de lidar com bens da antiguidade clássica naquele período. Outros autores mostram que há exemplos já na Antiguidade



Clássica sobre esses temas, mas que se manifestaram em ações pontuais e esporádicas e essas reflexões da Antiguidade ficaram obliteradas e esquecidas por um longo período. Diversos autores mostram como esse processo foi catalisado a partir de reflexões, de experiências, de propostas teóricas, normativas, de inventário, e de intervenções na segunda metade do século 18, e no século 19. Foram centenas, na verdade milhares, de intervenções, de reflexões, de problematização, sobre os temas relacionados ao restauro. Algo muito presente foi a necessidade de articulação dos diversos saberes e a decantada multidisciplinaridade do restauro, que é, de fato, necessária, mas, na prática, raramente acontece.

Nos dias de hoje eu vejo, por um lado, um discurso que incita à interdisciplinaridade, mas, por outro, uma pulverização disciplinar, um isolamento cada vez maior das várias disciplinas, não só na restauração. Cada vez mais nós temos micro-especializações e um restauro que cada dia menos dialoga com a filosofia, com que já dialogou muito nos anos 30, 40, 50, por exemplo.

Françoise Choay afirma que a preservação pressupõe o uso, de dois instrumentos específicos: uma construção normativa, dando a esse projeto de preservar o passado um estatuto institucional; e uma disciplina solidária e tributária dos saberes históricos na hora da atuação prática, a restauração. Essa disciplina construiu os seus instrumentos ao longo de muitos séculos e muitos autores, entre eles a própria Choay, consideram que o restauro constrói grande parte de seus instrumentos ao longo do século 19 adquire autonomia disciplinar e o estatuto epistemológico, no início do século 20, principalmente, a partir das formulações do Alois Riegl. Apesar de nos dias de hoje termos muitas vertentes da restauração – algo que sempre houve, sempre vai haver e seria horrível se não houvesse, seria um absurdo se todo mundo pensasse do mesmo modo em qualquer campo disciplinar –, essas distintas visões partem de algumas bases comuns: são calcadas na Restauração, entendida como ato de cultura e naquilo que de fato motiva a preservação. A forma de lidar com os bens culturais do passado, os princípios que nós deveríamos utilizar para intervir neles estão articulados com aquilo que motiva a preservação.

Nós preservamos, nos dias de hoje, por razões culturais entendidas de maneira bastante alargada. Não mais nos limitamos à excepcionalidade de um fato histórico ou à relevante qualidade artística, nem apenas às questões formais e documentais, mas também nos atemos aos aspectos memoriais e simbólicos. Esse cultural, é um cultural muito mais alargado do que era no século 19, por exemplo, que era voltado à excepcionalidade artística e histórica. Nós preservamos também por razões científicas, pois os bens culturais são portadores de conhecimentos em vários campos do saber, não apenas para a História Arquitetura, campo com o qual me relaciono mais diretamente, ou à cidade ou às artes, mas diz respeito também, por exemplo, à biologia, física, química, engenharia, antropologia, geografia e sociologia. Diz, portanto, respeito a uma série de saberes que podem ser lidos nessas obras transformadas e reapropriadas ao longo do tempo. A preservação é motivada ainda por questões éticas, que são relacionadas às anteriores: que direito um dado presente histórico tem de transformar indistintamente ou destruir obras que são portadoras de conhecimento e suporte de aspectos memórias e simbólicos?

Os princípios de restauração derivam dessa noção de campo disciplinar que atua e constrói seus instrumentos a partir de motivações culturais, éticas e científicas. Os princípios do restauro vêm desse processo, princípios que respeitam a materialidade da obra e sua configuração, como transformadas ao longo do tempo, de modo a não deformar ou transformar aleatoriamente os seus aspectos documentais, de conformação, materiais, respeitando também seu

significado memorial e simbólico. Esses princípios ajudam a guiar as decisões projetuais; não são eles que tomam as decisões, são os autores dos projetos, mas os princípios ajudam no direcionamento das soluções. Além de ajudar na tomada de decisões, os princípios ajudam a separar aquilo que de fato pertence ao campo de reflexão da preservação e do restauro, daquilo que extrapola completamente de suas motivações e objetivos. Demolir indistintamente não é restauração; transformar aleatoriamente, deformando o documento histórico e a obra como conformada ao longo dos séculos tampouco o é. Mas isso não significa que, num restauro arquitetônico ou numa intervenção urbana ou territorial, coisas não possam ser destruídas de modo algum. Na verdade, a destruição é parte intrínseca dos processos de conservação. Determinadas escolhas têm de ser feitas. É inviável e mesmo indesejável preservar tudo do jeito que está, pois as coisas se transformam de qualquer modo. É bom, assim, se queremos de fato preservar esses bens portadores de significados e conhecimentos e de interesse para a comunidade, que esses bens sejam endereçados para um outro estado; muitas vezes, isso implica alguns sacrifícios.

Os princípios teóricos da restauração e a reflexão teórica ajudam a enfrentar esses problemas. A restauração tem princípios, procedimentos teórico-metodológicos e técnico-operacionais que são atinentes ao campo da restauração, mas que, por outro lado, são necessariamente articulados a outros campos do saber. Autonomia disciplinar não significa isolamento disciplinar. Essa reflexão não é fruto de um dia, mas de muitos séculos de práticas e de



formulações teóricas, legislativas, etc..

Existe ainda outro preconceito em relação à restauração: é de que a restauração não é projeto de arquitetura, que o restauro é operação meramente técnica, que não exige o uso de recursos criativos. Como resolver um caso como esse do Castelo sem usar criatividade? Ou como resolver a limpeza de uma fachada sem uso da competência e criatividade para equilibrar as questões? É impossível fazer isso sem uso de recursos criativos, mesmo para ações pontuais. É impossível sem projetar, ou seja, sem prefigurar e controlar a ação a partir do projeto, que deve fazer uso do conhecimento e da criatividade para endereçar a obra para outro estado. Isso exige mudanças pensadas e controladas e justificáveis do ponto de vista cultural, ético e científico. A intervenção, por mais restrita que seja, vai implicar transformação. Mesmo uma limpeza controlada tem de ser muito bem pensada e controlada. Às vezes são necessárias pequenas integrações, ou uma veladura por

exemplo. E para isso nós temos que mobilizar nossos conhecimentos e nossos recursos criativos.

Algo que a história, a antropologia, a sociologia e a geografia têm criticado em relação a uma certa tradição do restauro no Brasil, é o fato de os arquitetos estarem muito afastados dos reais anseios, daquilo que os grupos realmente consideram como elementos identitários, não apenas no sentido de um reconhecimento formal daquele bem como o interesse cultural, mas também na forma como o bem é apropriado e transformado; ou seja os arquitetos são acusados de não levar em conta aquilo que o bem significa para aquela comunidade para a qual se quer restaurar o bem.

Iná Rosa é arquiteta que fez a pós-graduação toda e o pós-doutorado na FAU, trabalhando com o complexo do Juquery, perto de São Paulo. No mestrado, trabalhou na escala urbana; no doutorado, aprofundou também a escala urbana territorial; no pós-doutorado explorou a escala arquitetônica, mas relacionada com a escala urbana e territorial. Ela frequentava muito aquele espaço, que teve uso manicomial por muitos anos e hoje tem muitas estruturas voltadas às questões de saúde de maneira mais ampla. Ela acompanhou a forma como as pessoas se relacionavam com o espaço; notou, por exemplo, que um ponto de sociabilidade muito importante era um banco num cruzamento de caminhos. Chamo a atenção para esse banco e eu também chamo, pois o banco em si, do ponto de vista artístico e até mesmo documental, não tinha importância, mas o seu papel naquele espaço sim. Ao projetar uma obra

arquitetônica, um complexo, um conjunto urbano, precisamos estar atentos a essas dinâmicas sociais e às formas de percepção e apreensão dos espaços. Às vezes, um elemento que pode parecer insignificante do ponto de vista arquitetônico, é muito importante para a utilização e percepção do espaço e isso deve ser levado em conta.

Quando se fala da necessidade de estudos multidisciplinares, a necessidade é essa: a tendência dos arquitetos (e eu sou arquiteta de formação) é enxergar arquitetura, aquilo para o qual fomos treinados a ver, que é uma abordagem necessária. Só que não posso considerar que só esse olhar é o olhar pertinente na hora de trabalhar com esses bens. Pelo contrário. A decantada multidisciplinar é, de fato, muito necessária.



O restauro implica, por vezes, uma série de limitações. E muitos arquitetos consideram as premissas do restauro como mero empecilho. Não fazem o paralelo com o projeto do novo, em que também existem fatores que condicionam o partido projetual

(as dimensões do terreno, o programa, o orçamento, a legislação etc.), mas não anulam o ato criativo. As limitações devem ser encaradas como impulso para renovadas soluções. Uma solução pertinente ao campo do restauro exige capacidade de leitura, fundamentada em indagações criteriosas e multidisciplinares.

Quando pensamos nesses bens extremamente numerosos que passaram a ser considerados de interesse cultural, como o tema do restauro pode ser encarado? Como enfrentar do ponto de vista metodológico essa massa de bens? Giovannoni, por exemplo, tem propostas desde 1913 para um bairro em Roma, chamado bairro do Renascimento, onde está a Praça Navona. Apesar das várias versões da proposta, desde a primeira ele trabalha com esse bairro de interesse cultural, não como apartado do resto da cidade, mas como parte de organismo complexo, interligado com a cidade. Como resolver o problema da circulação do bairro, por exemplo, pensando só no bairro? Uma solução adequada, só é possível enxergando a cidade como um todo. Já nessas propostas dos anos 1910 ele mostra que, para trabalhar na preservação, seja de uma obra arquitetônica, seja na escala urbana, você tem que atuar de diversas formas: conservar a grande massa, fazer demolições pontuais que permitam uma melhor salubridade e funcionamento do organismo como um todo, e fazer acréscimos de novas construções, onde necessário para compor o ambiente urbano. Todo processo de preservação tem aspectos conservativos e não-conservativos, mas que devem ser justificados a partir das questões culturais, éticas e científicas que guiam a preservação. Isso já parecia

nessas formulações da década de 1910, mas que vão aparecer, de uma maneira mais consistente, nos anos 1960/1970.

Do ponto de vista metodológico, como lidar com essa massa de bens? Sempre a partir de análise multidisciplinar atenta da área e de seus elementos, de sua composição, do estado de conservação, de seus aspectos materiais, do funcionamento, do significado, das formas de apreensão, da transformação ao longo do tempo. A partir dessa análise, aqueles bens que não são postulantes à conservação por não serem considerados relevantes do ponto de vista histórico-documental, artístico ou para a caracterização do ambiente e nem são primordiais do ponto de vista memorial e simbólico, podem ser transformados de modo mais incisivo ou substituídos. Mas tudo justificado a partir de consistentes estudos multidisciplinares, porque se forem feitas, indistintamente, substituições daquilo que os italianos chamam de “edificações de base” – daquilo que dá a personalidade a uma área e que não pertence ao grupo das grandes obras excepcionais –, por melhores e mais criteriosos que sejam os novos elementos que venham a se inserir, há risco de alterar irremediavelmente toda a composição e equilíbrio do conjunto.

Alguns autores como Miarelli Mariani, afirmam que edifícios que não são postulantes à preservação, neles não se reconhecendo valor cultural, simbólico e nem mesmo para a composição do ambiente, podem passar por transformações mais incisivas e, inclusive, ser substituídos (tomando os cuidados mencionados acima). Mas se é reconhecido um

valor cultural, ou apenas para a composição de um dado ambiente, é necessário operar através de ações conservativas, como a manutenção, conservação e restauro. Para as obras que são importantes para a composição do ambiente, mas em si não são obras de arte, Miarelli Mariani recomenda proceder a partir de ações conservativas, sempre tomando cuidado do ponto de vista projetual, em manter as características estruturais, os testemunhos significativos da passagem no tempo, realizar discretas adequações funcionais, sem recorrer às sofisticadas e custosas técnicas necessárias para intervir em obras de arte, e oferecer meios para garantir que sejam utilizadas com civilidade e de modo compatível, em cada um dos edifícios.

O Bairro do Renascimento estava ameaçado por uma proposta de grandes avenidas que iam desconfigurar aquele organismo, e isso acabou, ainda bem, não ocorrendo. A proposta de Giovannoni, apesar de ter passado por diversas modificações, foi implementada em sua essência e hoje essa é uma das áreas mais valorizadas da cidade, um dos metros quadrados mais caros da Itália. Aquilo que era acusado de ser inviável e contrário ao progresso, não só foi implementado e funciona, como é um grande atrativo.

Se pensarmos, por exemplo, nos nossos bairros. O que fazer? Citemos o Brás e a Mooca, que são bairros muito conhecidos em São Paulo; eu tenho uma especial predileção por bens industriais nos meus objetos de pesquisa, tanto pela arquitetura ferroviária, quanto por galpões industriais. Em 2012,

mais ou menos, começamos um grupo de pesquisa, da própria FAU e da Unifesp, coordenado pela professora Manoela Rufinoni e por mim. O objetivo era estudar, olhar um pouco mais atentamente essa área, com o intuito, principalmente, de documentar. Na Mooca, havia a proposta de uma operação urbana na área, que era Mooca-Vila Carioca, depois mudou de nome. Na época, o diretor do DPH era o Walter Pires, que perguntou se poderíamos colaborar primeiramente para documentar uma parte da área ao sul da Mooca; ajudar nos registros, pois eles não tinham material completo sistematizado, com o intuito de saber o que existia e em que estado estava. Depois ele perguntou se teríamos interesse em continuar com esse processo de documentação, centrando esforços no Brás, pois a Mooca já estava em fase de transformação mais acelerada e o Brás ainda não e o DPH não tinha um registro atualizado das construções. O grupo da Unifesp, era um grupo de estudantes de história da arte e o grupo da FAU, um grupo de estudantes de arquitetura. Nós não conseguimos montar uma dinâmica de trabalho de fato interdisciplinar como gostaríamos, com também engenheiros, geógrafos, sociólogos, antropólogos, que seriam necessários para um olhar mais atento para essa área, nem tampouco a participação de urbanistas de ofício, que entendem e estudam os processos de transformação urbana. Era um projeto relativamente pequeno, feito com os meios dos quais dispúnhamos. Mas nós voltamos, Manoela e eu, e os estudantes envolvidos, a fazer aquilo que poderíamos fazer: um olhar atento e o registro da situação atual.

Começamos primeiro examinando a biblio-



grafia consagrada, seja de memorialistas ou de historiadores da cidade de São Paulo ou de historiadores da Arquitetura para ver, nos livros, quais eram os bens daqueles bairros, do Brás e da Mooca, mais citados pelos autores. Depois, examinamos que bens eram esses, e quantas vezes foram citados na bibliografia escolhida. Partindo da análise bibliográfica, fizemos uma comparação com aquilo que era tombado pelos órgãos de preservação. Desse modo, mapeamos o que era muito citado, o que é tombado, o que estava em estudo de tombamento e tentamos entender o que acontece com aquilo que não é tombado, com aquilo para o qual as políticas oficiais e a historiografia consagrada não haviam dirigido seus olhares, com o intuito de registrar, para entender a sua morfologia, a forma de funcionamento. Cada estudante se ocupou de uma área específica, fazendo a análise comparativa da cartografia, dos mapas, das séries históricas de mapas da cidade de São Paulo até os mapas atuais, procurando analisar essas áreas minuciosamente. Depois, foi feito o registro quarteirão por quarteirão, obra por obra, fazendo plantas interpretativas para entender a morfologia urbana, entender a relação entre os volumes. Porque, às vezes, se edifícios muito altos foram construídos ao lado de uma casinha, perdemos a noção do papel da casinha. Assim, procuramos entender a estruturação da arquitetura modesta, mas interessante na composição da paisagem. Claro que os próprios estudantes perceberam que, na verdade, o bairro vem sofrendo uma verticalização intensa, que a nossa legislação ainda não ajuda a proteger esse tipo de composição urbana e, principalmente, a proteger o tecido social na trama

urbana, as formas de vida e as formas de sociabilidade que ainda existem. O Brás é bairro central na cidade de São Paulo, mas, dependendo da área e da quadra, é como se estivéssemos numa cidade do interior, com pessoas conversando na porta, sentadas na calçada; existe, de fato, uma vida de barro. Os próprios estudantes envolvidos falavam: “Estamos analisando Arquitetura, podemos falar de permanência física, mas como manter o organismo, o tecido social e a vida desse bairro? Só com a arquitetura não é possível; analisando apenas a qualidade arquitetônica não conseguiremos. São necessárias políticas sociais, culturais, urbanas, políticas públicas de fato, de outra natureza, que devem estar interligadas. Mas o exercício, além do registro e análise física, permitiu conscientizar “na carne” a importância de políticas mais abrangentes e informadas. O tecido arquitetônico e social é muito frágil; é algo que pode ser destruído muito rapidamente.

Outra conclusão foi a de que é possível pensar nessas áreas e nesses bairros em termos de restauro



urbano. Restauro urbano não é congelar, não é isolar o Brás do resto da cidade. Porque em qualquer obra arquitetônica, assim como qualquer bairro, as coisas se transformam. Sempre. A forma de utilização se transforma. Não é intenção do restauro congelar nada numa dada maneira. O objetivo é oferecer condições para certa constância, para permanência daquilo que for considerado mais significativo e que, mesmo com transformações sucessivas, ainda seja possível reconhecer a identidade, para que seja possível usufruir de dadas características, ainda que as coisas estejam em permanente transformação. Diminuir o ritmo de transformações aleatórias, controlá-las para dar condições para que essa área, de fato, expresse aquilo que ela expressa para que as pessoas vivam bem lá. Oferecendo condições e operando de forma conscienciosa nas edificações de base, operando com reformas meditadas em relação às características da obra, em relação às características da obra e a sua inserção na paisagem urbana.

Muitas vezes o restauro é enxergado (continua a ser enxergado) como instrumento insuficiente, que apenas limita e é limitador. Existem vários setores que acusam a restauração disso, inclusive a própria Arquitetura e o mercado imobiliário. Muitos políticos também enxergam o processo de preservação conscienciosa como algo absolutamente inviável. Na verdade, do ponto de vista metodológico, não há insuficiência do restauro. Do ponto de vista econômico, nós, no Brasil, infelizmente, não temos estudos comparativos, em termos de custos e lucros, entre uma operação conscienciosa e uma operação destruidora, arrasa-quarteirão. Não temos estudos

consistentes comparativos e sistemáticos. Os estudos que existem no exterior, Inglaterra, Itália, Alemanha, ou mesmo o estudo de viabilidade que foi feito para a fábrica Antártica na Mooca, mostram, na verdade, que um restauro consciencioso custa menos, em geral, do que a destruição. Custa 10, 15, às vezes 30% a menos do que uma intervenção mais incisiva, pelo fato de conservar aquilo que já existe, de ser necessário estudar e pensar antes de fazer o projeto e não sair derrubando tudo.

Num restauro bem feito, claro que existem surpresas; em toda obra existem surpresas, no restauro com certeza, pois é impossível prever tudo. Mas o estudo bem feito leva a surpresas um pouco mais controladas, gera um orçamento controlado e não sucessivos aditamentos que transformam a cifra inicial em algo astronômico. Em restauros apressados no Brasil, o insuficiente amadurecimento dos estudos e do projeto, pois muitas vezes a importância de desenvolver essas fases com tempo suficiente não é entendida, são feitos sucessivos aditamentos que acabam por fazer com que os custos dobrem. Mas, um restauro bem fundamentado em estudos multidisciplinares, com projeto baseado nesses estudos – porque não adianta fazer estudos multidisciplinares para depois botar tudo na gaveta e projetar como bem entender – leva tempo. O tempo de estudo é um pouco mais demorado, o tempo de projeto também, mas o tempo de obra é reduzido, e o tempo total equivale ao que seria necessário para destruir e construir algo novo ou a fazer uma intervenção mal estudada e com problemas de execução.

Os custos, em geral, são menores no restauro bem feito, segundo esses estudos. Mas já reitero que nós não temos esses dados para nossa realidade. Uma questão que traz controvérsias, e é aí que a realidade se torna complicada, é que a margem de lucro também é menor. Existe lucro, mas a margem é menor. Se a restauração é motivada por questões culturais, éticas e científicas e não visa unicamente ao lucro, tudo é feito de maneira ponderada em função daquilo que motiva a restauração, em função do resultado que se quer atingir para preservar, e não para ter por objetivo o lucro máximo. A margem de lucro, é menor, mas os custos são menores. Existe lucro, ou seja, a operação é viável, bastante viável do ponto de vista econômico, mas é menos lucrativa do que uma intervenção mais invasiva. Falar que o restauro é inviável do ponto de vista econômico, a partir dos dados que nós temos, não procede. É viável e dá lucro, mas é importante não confundir viabilidade com lucro máximo. São duas coisas bastante distintas.

Não sei se vocês repararam, ou se só sou eu que fico incomodada com esse problema, na ausência das discussões sobre “sustentabilidade”, que é tema na moda, nas questões de preservação. Por a sustentabilidade está quase ausente da discussão sobre preservação de bens culturais no Brasil? Raramente preservação cultural e sustentabilidade são trabalhadas juntas aqui, de maneira articulada. Restauro é sustentável por definição. Um edifício bem restaurado pode ter um desempenho – estrutural, termo-acústico etc. – tão bom ou até melhor do que construções modernas. Esse dado também vem de

estudos do exterior; e custando um pouco menos. Essas questões ficam sempre de fora da discussão, quando querem desqualificar o restauro: o restauro é inviável, não dá conta das questões contemporâneas. Não é inviável; e dá conta, tem de dar conta. Porque se não desse conta é porque não serve mais, não serve mais falar de restauração. Uma restauração que não dá conta de reinserir o bem de maneira útil e eficiente na sociedade dos dias de hoje, não serve para nada. Mas a restauração serve! E a restauração faz! E faz! E faz com que essas coisas funcionem. O campo disciplinar do restauro oferece instrumentos para fazer com que as coisas funcionem.

Precisamos ter consciência em relação a esses fatos, daquilo que levou o restauro a se afastar das ações ditadas unicamente por questões pragmáticas, de uso, econômicas, que estão presentes, sempre presentes, e passou a ser conduzido ou a levar em conta, também, as questões de cunho cultural. Precisamos ter consciência de que questões econômicas, políticas etc. estão sempre presentes, mas passam a ter caráter concomitante, e não são as únicas e prevalentes, como acontece, na verdade, na maioria das intervenções ou das formas de lidar com os bens de interesse cultural na cidade. Esses pontos – o desempenho, o uso, o custo, o lucro – são vistos como parte dessa equação; o uso, como meio de preservar, mas não como finalidade em si, de maneira isolada, da preservação. A finalidade de preservar não é o lucro máximo, a finalidade é preservar – pelas motivações culturais, éticas e científicas – é transmitir o bem ou conjunto de bens da melhor maneira possível ao futuro, respeitando seus aspectos materiais, docu-

mentais, de composição, de inserção na paisagem, as questões memoriais e simbólicas, também dando lucro. O tipo de raciocínio envolvido na restauração, na restauração de fato, é diferente do mero lucro ou apenas da resolução das questões de uso.

Podemos ver isso, por exemplo, em São Paulo, cidade que às vezes assusta. A cidade passou por processos de transformação vultosos, enorme crescimento populacional, que resultaram também em numerosíssimas construções e ainda resulta numa renovação muito rápida e, por vezes imponderada, de tudo aquilo que está lá. Como, por exemplo, o que eu havia mencionado nos bairros do Brás e da Mooca; na Mooca, principalmente, por ter muitos galpões de grandes dimensões; o Brás tem mais residências e construções de menor porte do que a área mais industrializada da Mooca, como é possível verificar nos mapas projetados. A Mooca também tem muitas residências, mas muitas áreas de antigos galpões, armazéns e indústrias de grandes dimensões foram transformadas de maneira muito violenta nos últimos 10 anos. A velocidade e o tipo de transformação desconfigura completamente a escala do bairro. Quando pegamos o Google Earth e vemos as imagens de satélite de anos anteriores, que permitem analisar comparativamente a área, é possível ver numerosas torres verticalizadas surgindo naquela paisagem, que era uma paisagem relativamente baixa, prevalentemente horizontal. Com isso eu quero afirmar que para preservar galpão, para preservar uma escala, as pessoas não podem morar lá? Não. Não é assim. Mas não é por querer adensar uma área que tem excelente infraestrutura, inclusive de transporte, que é

necessário fazer tábula rasa e construir muitas torres.

Notem que, em São Paulo, o mercado imobiliário tem homologado prevalentemente um único tipo de ocupação do solo: esvaziar terreno para construção de torres, torres isoladas no lote ou condomínio de torres autônomas. E também uma única forma de morar: apartamentos. Claro que existem variações, muitas variações sobre o tema. Muitos de minha geração cresceram morando em casa, frequentando casas de pais, tios, avós, amigos, algumas com porão, quintal, galinheiro, e brincando na rua. Há tempos, grande parte das crianças que nascem em São Paulo cresce em prédio, e brinca encerrada entre grades, e raramente sai na rua sozinha. Isso resulta, também, numa forma de uso do espaço muito limitada e num achatamento das possibilidades de moradia, de formas de morar. Espaços mais diversificados implicam também numa maior capacidade de leitura e adaptação. Estou mencionando isso para mostrar a seguir que é possível propor alternativas para a tábula rasa-torres.

A proposta mostrada nos slides que seguem, que infelizmente não teve seguimento, é um estudo de viabilidade feito pelo escritório de Silvio Oksman, que foi conselheiro no CONDEPHAAT, representando o IAB, e colega quando eu estava no CONDEPHAAT, e também colega do Adalberto porque ele continuou por dois mandatos. O Silvio, com a participação de outros arquitetos, fez um estudo em 2014, para o complexo da Antártica. O conjunto passou por sucessivas transformações e adições ao longo das décadas e, nos dias de hoje, tem 67 mil

metros quadrados de área construída. Quando o Silvio começou a fazer o estudo, uma das propostas era demolir maior parte do conjunto para construir torres naquele lugar. Mas o conjunto está em estudo de tombamento e aquelas demolição não poderiam ser feitas.. O que fez o Sílvio? A partir de uma análise muito, muito minuciosa, feita com a participação de duas então estagiárias, a Beatriz Vicino e Marjorie Nasser Prandini, das transformações daquele complexo ao longo do tempo – desde os primeiros edifícios, da virada do século 19 para o século 20, até as últimas construções feitas nos anos 1980 – foi feita a proposta de preservar 52 mil metros quadrados da área construída. Ele propõe, de maneira fundamentada, algumas demolições de edifícios mais recentes e que não foram construídos com maior cuidado no que se refere à composição e à inserção no complexo (o problema não é ser recente).

Existem algumas indústrias que foram pensadas a partir de um projeto unitário, com possibilidades de expansão previstas no projeto, caso da Olivetti, iniciada nos anos 1950. Mas a maioria dos nossos complexos industriais começou a partir de edifícios pequenos e, com o negócio prosperando, foi construído mais um edifício, depois expandem a produção, demolem alguma edificação para construir outra maior e assim por diante, trazendo, inclusive, outros tipos de atividade para dentro daquele mesmo complexo. Esses conjuntos acabam virando um grande quebra-cabeça e sobreposição de fases de construção, de estilos, de materiais. Existe um pouco de tudo, do tijolo aparente, colunas metálicas, concreto, até as últimas estruturas de concreto armado. Você tem,

na verdade, um compêndio da história da arquitetura industrial de São Paulo e de técnicas construtivas, muitas vezes num único complexo. Esse é o caso da Antártica. Existem muitas coisas interessantes dentro do complexo. No estudo de viabilidade, a partir de análise pormenorizada do material de arquivo, para ver como aquele conjunto se transformou ao longo do tempo, o escritório do Sílvio propôs, como mencionei, dos 67 mil metros quadrados de área construída, preservar 52 mil metros quadrados e, ao mesmo tempo, oferecendo diversos usos, como 126 apartamentos, 236 escritórios, 258 quartos de hotel, centro de convenções, centro de lazer, 1115 vagas estacionamento. Pode parecer um contrassenso esse número de vagas de estacionamento num lugar próximo ao metrô, mas essa foi uma exigência dos incorporadores que queriam também manter a possibilidade e a prerrogativa de acesso de carros, e isso foi feito sem causar problemas na configuração do conjunto. Demolindo pouco, acrescentando novas edificações, mas respeitando gabaritos e a morfologia do complexo, propondo algo tão denso quanto a proposta precedente que comportava muitas demolições e novas torres verticais. É possível raciocinar, do ponto de vista projetual, em termos de preservação que de fato atenda às necessidades, inclusive econômicas, dos proprietários. Há espaço para a presença da arquitetura contemporânea e são oferecidas funções úteis e diversificadas. O coeficiente de aproveitamento é o máximo esperado da futura legislação de uso do solo.

É possível projetar a cidade pensando em termos de preservação, em termos de preservação

de bairros, de obras, fazendo com que essas obras atendam às necessidades e exigências contemporâneas, inclusive no que diz respeito ao desempenho, ao conforto térmico etc., respeitando, transformando, e também inserindo um extrato de contemporaneidade nesse complexo já tão estratificado. Mas um novo extrato que dialoga com aquilo que está lá e não achata tudo num único registro; o único registro seria tábula rasa e torres, tudo seria achatado para 2017. É diferente de conservar 1890 e as construções das décadas sucessivas até chegar à contemporaneidade, em que todos esses extratos convivem ao mesmo tempo, numa operação que é viável do ponto de vista econômico.

Existe a necessidade de pensarmos projetualmente em termos de preservação. É um exercício que não fazemos muito e, no fundo, também carecemos da ajuda de vários profissionais e também de economistas que façam estudos comparativos com esse tipo de olhar. Nós não temos – e isso seria muito importante para problematizar a questão – dados concretos para poder dialogar de maneira mais informada. A visão que prevalece é: “O restauro é inviável, não serve para nada, não dá conta, não usa recursos criativos, não atualiza, não reinsere na vida contemporânea, não atende às necessidades da sociedade dos dias de hoje”. Quando os exemplos que temos de restaurauros bem feitos mostram, na verdade, o contrário disso.

Chamo atenção, também, para pensar a preservação, a arquitetura e a cidade, de que, muitas vezes, os projetos de arquitetura se resolvem na ligação

com a cidade, na articulação com a cidade. É o caso da proposta do escritório de Helena Ayoub para a estação de Mairinque, projeto que foi o escolhido no Proac, o Programa de Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura que, infelizmente, foi suspenso para edifícios tombados há dois anos. O Proac, como um todo não foi suspenso, mas para restauro arquitetônico foi. Espero que retorne, porque o concurso de arquitetura é interessante e enriquecedor pois permite analisar comparativamente soluções diversas para o mesmo problema. É um processo enriquecedor ter vários grupos propondo coisas diferentes para o mesmo problema e o júri escolhe a solução que considera mais adequada.



Quando nós pensamos em bens de interesse público e bens públicos, é bom que isso seja feita a partir de concursos de arquitetura, algo que nós exploramos pouco. O Proac para bens tombados teve resultados muito interessantes no período em que funcionou, caso do projeto de Ayoub para Estação de Mairinque. O projeto é resolvido na ligação da estação, que é uma estação em ilha, com a cidade. A cidade depende, e se estruturou, em função da ferro-

via, da implantação do complexo ferroviário, que resultou, também, na implantação de moradias, oficinas, de serviços etc. É parte integrante da paisagem, foi parte muito importante das formas de sociabilidade, das formas de viver, em que a cidade como um todo e a estação em particular tinham interesse especial.

A estação é projeto de Victor Dubugras, de 1906, que, numa proposta pouco usual para estações, retoma elementos da secessão vienense, e estruturalmente, é inovador e objeto de controvérsias historiográficas. Há autores que consideram o edifício como sendo de concreto armado, um dos primeiros. E outros, que o consideram como uma ossatura metálica revestida de cimento. Há muitas nuances e se os estudos prosseguirem e o restauro for de fato executado a controvérsia poderá ser resolvida; as análises não destrutivas já feitas sobre a estrutura mostram que é uma ossatura independente, autoportante, de metal, revestida de concreto. Além disso, a estação é de grande interesse do ponto de vista arquitetônico, mas também de enorme interesse naquilo que significou para a própria implantação e transformação da cidade ao longo do tempo. Algo “futurista”, num período em que a maioria das nossas estações menores tinham linguagem mais simples com materiais tradicionais, madeira, tijolos, e uma expressividade contida para cumprir aquela função; a linguagem das estações maiores e mais elaboradas era calcada em vertentes do historicismo. A estação de Mairinque foi uma anomalia arquitetônica para aquela época. Edifício muito peculiar, estação em ilha, entre trilhos, que

também do ponto de vista tipológico de implantação, é raro no Estado. Era dotada de um bar e era realmente o lugar de encontro da cidade, de ligação com outras regiões, sendo bastante frequentada pelos viajantes e pelos moradores.

E nesse concurso do Proac, Helena Ayoub titular do escritório, propõe basicamente uma conservação estrita da construção. O material para o concurso era um material básico. Isso também é outra coisa que, ao longo do tempo, seria interessante, aqui no Brasil, repensarmos. Alguns concursos de restauro na Europa oferecem material mais extenso, com levantamento métrico preciso, análise estrutural preliminar. Isso permite projetar a partir de bases reais, a partir do real estado de conservação. Nos concursos do Proac, as informações eram as informações que já estavam à disposição, sem terem sido feitos levantamento e exames e análises mais aprofundadas para fins específicos do concurso, também por não haver verbas para isso. Isso pode resultar, depois de feitos o levantamento e os estudos aprofundados, inclusive, em alterações do partido de projeto, algo problemático para a legitimidade do próprio concurso (alterar o partido de projeto depois de julgado o concurso).

Mas no caso específico, o grupo coordenado pela Leninha (Helena Ayoub), com a participação do Cesar Shundi, que havia ganhado um Proac anterior, resolveu a questão com uma conservação estrita do edifício da estação e com a ligação da estação com a cidade, criando uma praça na plataforma. A passagem subterrânea que existe da ligação da “ilha” com os dois lados da cidade é uma passagem estreita e

que chegava na plataforma também através de uma passagem muito estreita. O que eles fazem, é ampliar esse ponto de acesso na plataforma, como uma praça de acesso, e transformam a própria plataforma numa praça. Resolvem o problema arquitetônico pensando de maneira articulada com o urbanístico, a ligação do bem com a cidade. Foi por isso que eles ganharam esse concurso; acho esse dado interessante, pois foi possível analisar comparativamente as várias propostas, e essa foi a que mais se preocupou não apenas com a ilha em si, mas com a ilha na cidade. Resultados de concursos de projeto, seja para um edifício seja para um bairro ou para uma cidade, mostram o quanto restauro é, de fato, projeto, o quanto é importante raciocinar projetualmente e ver as propostas mais interessantes, que de modo algum inviabilizam o reaproveitamento da obra para uma função contemporânea. Pelo contrário, reinserem essa obra de maneira diferente na cidade, de maneira criativa e faz com que o raciocínio projetual seja voltado ao diálogo, a enxergar, a dialogar com aquilo que lá está. Enxergar o outro. E é isso que a Leninha e equipe fizeram de maneira muito especial nesse projeto. Entenderam quais eram as reais necessidades da cidade, a relação dessa Estação com a cidade. Resolveram um problema propondo uma renovada sintaxe. Mas uma nova sintaxe respeitosa, em relação aquilo que estava e aquilo que está.

Em relação à restauração, são atribuídas limitações e inadequações que não existem, não existem no campo disciplinar da restauração; são muitos os preconceitos. O campo da restauração tem que pensar em como enfrentar esses preconceitos e tem

também de construir cidades. Se nós pensarmos no número de bens tombados em São Paulo, em Bauru, com suas respectivas áreas envoltórias, é uma enormidade. Não dá para ignorar, do ponto de vista projetual, que a preservação tem uma incidência muito grande sobre a cidade e sobre a percepção da cidade. E o propósito é justamente pensar esses problemas de maneira inteligente, de maneira fundamentada, de maneira respeitosa e propositiva.

Essas inadequações e limitações que são atribuídas ao restauro não procedem. O restauro não é um instrumento que só serve para limitar; o restauro é necessariamente transformação. Necessariamente transformação para que o bem possa ser apropriado de modo adequado e útil na atualidade. Se o restauro não dá conta disso é porque os instrumentos metodológicos do restauro estão sendo pensados de maneira limitada e inadequada. Pois a limitação não está nos instrumentos, está no uso que nós fazemos desses instrumentos.

Essas experiências bem-sucedidas mostram que os instrumentos do restauro são válidos e podem ser pensados de modo inteligente para servir de baliza para os problemas que se colocam na atualidade. Sempre lembrando que – mesmo se você tiver um edital de concurso de projeto que exija o respeito pela obra estratificada, pela sua materialidade etc. – as respostas projetuais para o mesmo problema serão tão numerosas quantos forem os grupos de arquitetos inscritos no concurso. Não existe no restauro uma única solução para um dado problema; existem várias. Sempre existiram e existirão várias soluções,



mas várias soluções que nós esperamos que sejam pertinentes ao campo do restauro.

O restauro não é uma camisa de força; seus instrumentos teórico-metodológicos dão um direcionamento, ajudam a separar aquilo que de fato preserva daquilo que extrapola completamente dos objetivos e das motivações da preservação, mas não indicam um único caminho. Indicam caminhos variados que devem ser explorados do ponto de vista projetual, inclusive para o projeto de cidades. Ou seja, não se aplica unicamente à escala arquitetônica, mas também à escala urbana.

A intenção do projeto na escala arquitetônica, na escala urbana ou na escala territorial é desenvolver esse raciocínio a partir de leitura pormenorizada da estrutura formal da obra transformada pelo tempo, mesmo sendo a cidade uma obra coletiva e muito transformada, e da paisagem como estruturada ao longo do tempo e que existe, hoje. É inadmissível pensar na formação de um arquiteto, apesar disso acontecer muitas vezes, que receba, durante o curso todo, apenas terrenos planos e baldios para trabalhar exercícios de projeto, sem olhar para os lados. Hoje em dia acredito que exista uma consciência maior e mesmo que o exercício seja num terreno plano e baldio, é necessário recuar e olhar a área em que esse edifício está inserido.

Temos de passar a enxergar o complexo como um todo, mesmo que a intervenção se dê numa única obra. Temos de desenvolver esse esforço de ouvir, de enxergar o outro. Acho que parte da arquitetura brasileira, durante um longo período, ficou só emi-

tindo, falando, mas escutando muito pouco; estava com os receptores avariados, dialogando pouco com o que existia. Passei minha formação inteira na FAU sem fazer um único exercício de reforma; arquiteto, em início de carreira, o que mais faz é reforma. Não estou falando de restauro de um bem cultural tombado ou não tombado, estou falando de reformas. Acho que isso, felizmente, está mudando, mas ainda é muito comum se deparar com uma formação que não treina o olhar para enxergar o outro. Porque essa é uma competência adquirida, não é inata, nem simples; exige cultivo, formação e exercícios necessários para poder, de fato, enxergar, entender o ritmo, a sintaxe, compreender a escansão, mesmo que seja um apartamento não tombado, mesmo que seja uma casinha que não está numa área tombada. É preciso aprender a enxergar e olhar. Nós precisamos desenvolver o projeto de maneira adequada para que se relacione com o existente, de modo a entabular um diálogo pertinente, construtivo e não unicamente emitir.

É muito importante deixar que as várias camadas, os vários estratos, aflorem e possam dialogar, no presente. É importante que consigamos enxergar essas várias camadas de modo a elaborar um projeto contemporâneo que se articule com a preexistência sem negá-la, sem obliterá-la, sem imitá-la, propondo uma renovada e respeitosa sintaxe. Eram essas as colocações que eu tinha a fazer.

**Adalberto:**

Gente, eu vou abrir para perguntas. Primeiro eu gostaria de agradecer a aula. Eu gostaria, primeiro, de agradecer a aula e abrir para as pessoas que estão aqui presentes. Antes eu só iria estar repassando um calendário que nós tínhamos uma outra Primeira Aula dia 17 agora, sexta-feira, o Professor Fernando de Mello Franco falará sobre a formulação das políticas públicas no projeto da cidade contemporânea. E na parte da tarde nós teremos ex-alunos nossos, egressos, que trabalharam com o tema da cidade contemporânea e que iriam estar, também, apresentando a partir de uma da tarde. Logo, eu abro para as perguntas.

**Pessoa 1:**

Professora Bia, foi um aprendizado essa palestra e me fez pensar em muitas coisas, que tenho pensado agora que sou doutoranda e professora também. Observando o que tem acontecido na nossa cidade e em outras cidades, em outros países, e essa questão do Planejamento Urbano e a preservação do patrimônio, a minha observação é a seguinte: o poder público não tem corpo técnico que tenha conhecimento das possibilidades que o patrimônio

pode proporcionar para o próprio poder público. Não é? Resolver problemas urbanos e criar empregos, movimentar a economia da cidade através de turismo? E aí me veio um exemplo na cabeça que eu li apenas um trabalho, não consegui achar muito mais coisa sobre isso, mas aí a intervenção foi feita em Paranapiacaba, na vila de Paranapiacaba, que une essa questão do planejamento com a preservação do patrimônio e o turismo. Turismo ecológico e turismo cultural. Então eu queria que você falasse um pouco a respeito disso, inclusive por causa da sua experiência no CONDEPHAAT.

#### **Beatriz Kühl:**

Muitas perguntas eu diria, numa só. Acho que, quer dizer, continuo insistindo que não é fácil restaurar, não é fácil articular e se contrapor a diversos interesses poderosos o tempo todo; mas acho que existe, também, uma série de preconceitos contra o restauro, sobre os quais eu falei na minha palestra. Acredito que existe não apenas o preconceito contra o restauro, mas também contra os instrumentos de proteção, muitas vezes dentro dos próprios órgãos de preservação. Eu lembro que, algumas vezes, no CONDEPHAAT, como no tombamento de um hospital, alguns membros presentes não queriam tomar o hospital porque se fosse tombado não seria possível mudar nada e sem mudar o edifício não poderia continuar a ser um hospital. Não é assim. O tombamento, é um instrumento normativo de reconhecimento de valor; é verdade que restringe o direito de propriedade, o direito de transformar li-

vemente, mas não impede transformações. O que o tombamento diz é que você não pode destruir, nem demolir tudo – isso está fora de questão, pois demolir tudo não é preservar – mas que qualquer transformação, inclusive uma pintura, deve ser aprovada previamente pelo órgão. As leis na esfera federal, estadual e municipal de São Paulo dizem isso. Se o bem é tombado, qualquer coisa que você fizer, tem que pedir autorização; mas a lei não diz que você não pode fazer nada. Também não fala exatamente o que é possível fazer. E por isso as coisas ficam muito nebulosas, e muitas pessoas perdidas em relação ao que podem e ao que não podem fazer, mas o tombamento não impede transformação. Muitas vezes é encarado como algo que unicamente impede e limita; acho que é importante começar a desconstruir preconceitos em relação ao restauro e ao tombamento; as faculdades podem ter um papel importante, também estabelecendo um diálogo mais amplo com os órgãos públicos de preservação.

Paranapiacaba é uma antiga vila ferroviária importantíssima, primordial, etc., mas que perdeu a função ferroviária como sua principal atividade. Quando o trem passou a rarear por aquelas paragens, a vila funcionava como vila dormitório, pois muitas pessoas iam trabalhar no ABC. Hoje em dia o trem que funciona é um trem turístico, que roda nos finais de semana; os moradores de Paranapiacaba não conseguem mais sair para trabalhar e voltar de trem. Tem que ir de carro, de ônibus.

Promover o turismo e o turismo ecológico podem ser boas opções para fomentar a atividade na

cidade, para promover um crescimento e um interesse maior pela vila e uma frequência mais constante de pessoas de fora; isso antes acontecia por causa da ferrovia e das pessoas que desciam para o litoral, dos trabalhadores que iam para as cidades vizinhas etc. Mas fomentar essencialmente o turismo e não fomentar a moradia, o transporte, não dar condições adequadas para a permanência dos habitantes, é uma política muito falha, não é? Não se sustenta uma cidade só com o turismo. Não vai se sustentar. Esse é um fato sabido e documentado. É necessário manter os moradores e, para isso, você tem que dar condições de trabalho, moradia, transporte, educação, saúde, saneamento etc. Claro que com turismo maior haverá mais empregos na própria cidade, mas o turismo não dá conta de tudo.



Por outro lado, voltando aos órgãos de preservação, quando eu estava naquele biênio no conselho, a Cristina Meneguello, professora da Unicamp, era representante no CONDEPHAT. Ela estava relatando alguns processos de transformação das casas da vila de Paranapiacaba. Aconteceu certa celeuma porque alguns dos técnicos, não todos, queriam que

os novos sanitários externos à casa, não tivessem passagem coberta para a casa. Chegou-se à conclusão que as unidades de habitação que não tinham um banheiro dentro da casa poderiam ter um banheiro construído fora, mas perto da casa, porque os sanitários originais eram no fundo do lote. Em Paranapiacaba faz frio no inverno. Imaginem uma criança com febre, à noite, ter de ser levada ao banheiro. Não é possível atravessar aquele quintal nessas condições. Havia uma divisão do corpo técnico, pois alguns consideravam que o sanitário novo, perto da casa, deveria ter acesso coberto, e outros que esse novo elemento devia ser totalmente desvinculado do edifício e com acesso descoberto. Cristina escreveu no parecer dela, com justeza, que você não pode forçar pessoas do Século 21 morarem como se morava no século 19. Não faz sentido. Se essa cidade tem que continuar viva, ela tem que oferecer condições de conforto semelhantes às que nós temos nas nossas casas. Do ponto de vista do restauro, é possível e desejável inserir um bloco sanitário, mas dando condições adequada, que seja feito com acesso protegido e coberto, tomando cuidado com a volumetria, com a implantação, com a linguagem, etc. E com a técnica, com os materiais; as casas são de madeira, e esse bloco tem de ser implementado com cuidado, não demasiadamente próximo, nem grudado, para não gerar um microclima que vai causar uma deterioração acelerada na madeira. Essas questões tem ser pensadas de maneira concomitante no projeto.

Não sei se o Alberto também teve esse tipo de experiências; é comum o embate entre posturas, não apenas entre conselheiros, mas entre o corpo técni-

co e o conselho, no interior do corpo técnico. Isso é normal. Mas na resolução desses conflitos precisamos ter em mente por que e para quem preservamos, para discutir o como, com um olhar mais generoso, ou diria, em relação ao papel dos bens culturais e aos instrumentos do restauro.



**Pessoa 1:**

Obrigada.

**Adalberto:**

Gente, eu vou pedir para todas as pessoas que queiram fazer pergunta, fazerem o mais rápido porque a professora vai ter que voltar ainda hoje porque amanhã ela tem um compromisso na FAU, então eu vou dar um teto de 20 minutos para perguntas porque foi esse o acerto.

**Pessoa 2:**

Sempre me impressiona muito a delicadeza da Beatriz, a fala suave, mansa, e o poder dos textos. Eu tenho uma pergunta para fazer meio provocativa. Dentro desse contexto preconceitual todo, que você chama preconceitual, mas que eu acho que, muitas vezes, está na origem do próprio conceito e de cada entendimento de restauro e da gestão do patrimônio, que acaba criando uma tensão entre as formas de gestão do projeto de restauro. Você diria que, seria possível dizer que a gestão de patrimônio e o projeto de restauro, apesar de terem entre si o mesmo objeto, muitas vezes eles tem objetivos diferenciados, de uma maneira geral?

**Beatriz Kühn:**

Eu acredito que sim. Eu acredito que, muitas vezes, na forma como o patrimônio é visto e gerido, seja pelo poder público, seja por particulares, os objetivos primordiais não são os mesmos objetivos da preservação. Eu acho que existe um descompasso de linguagem, um descompasso ou uma falta de equilíbrio entre os vários aspectos envolvidos. Acho que, de um modo geral, tende a haver concentração em cima de um aspecto, seja o uso, seja os aspectos econômicos, ou visibilidade, por exemplo – o quanto isso vai aparecer na mídia, vai chamar atenção – em detrimento de questões mais propriamente culturais, que motivaram o tombamento daquele bem, ou a proteção daquele bem; essas questões ficam em segundo plano, totalmente obliteradas. Acho que existe uma dificuldade de diálogo e o mencionado precon-

ceito em relação à palavra restauro. Eu estava falando recentemente para um colega da Universidade de Ferrara: “Não sei, existe uma dificuldade, uma resistência muito grande em utilizar, em entender o que é o restauro de fato nos dias de hoje”. Ele respondeu: “Olha, eu desisti. Use outra palavra”. É que sou teimosa, porque acho que existe um campo disciplinar construído ao longo de muitos séculos, com muitos méritos, com muitos instrumentos úteis, para mudar o nome porque há um número grande de pessoas que desconhecem ou implicam com a palavra. Mas, no fundo, acho que usar outro termo talvez pudesse facilitar um pouco determinados diálogos.

Não sei se alguém acompanha, por exemplo, o âmbito espanhol das discussões; muitos arquitetos contemporâneos, inovadores e propositivos, não usam a palavra restauro. Eles falam “intervenção”. Para eles restauro é voltar ao estado original. Mas restauro não é isso nem na lei espanhola. Mas muitos arquitetos espanhóis enxergam dessa maneira; intervenção é aquilo que é bacana, é aquilo que você faz, projeta, transforma, que se torna útil para a sociedade hoje. Restauro é aquela coisa do museu, apartado e que mora no outro mundo. Isso não é o restauro como entendido no campo disciplinar de restauro, nem na legislação espanhola de preservação.

Às vezes eu me pergunto se mudar um termo, começar a usar um termo que não era usado como fizeram esses espanhóis, se os problemas se dissolvem. Na verdade, acredito que não. Continuamos escamoteando os mesmos problemas, e por isso eu insisto no uso de restauro e de seus instrumentos para

uma ação culturalmente responsável. Mas acho que de fato existe um abismo entre arquitetos, gestores, historiadores, os que se ocupam se e preocupam com a preservação, existe um abismo que está difícil de transpor nos dias de hoje.

**Pessoa 2:**

A origem é conceitual? Historicamente conceitual?

**Beatriz Kühl:**

A origem do?

**Pessoa 2:**

A origem dessa tensão.

**Beatriz Kühl:**

Se ela é conceitual? Acho que não. Acredito que houve um afastamento, não apenas do campo do restauro, mas de várias esferas de interesse e de atuação em geral. O restauro, assim como várias outras disciplinas, foi ficando mais ensimesmado. Esquecemos que as pessoas tem que se articular em várias frentes para fazer as coisas funcionarem.

**Rosio:**

Professora Beatriz, queria, primeiro, parabenizá-la pela aula, como falou, realmente, a força do texto. Realmente assim, uma questão que incomoda com relação a questão da preservação do patrimô-

nio é a falta de diálogo que existe entre as secretarias de cultura e de planejamento. Enquanto a secretaria de cultura tomba os prédios, o planejamento não se manifesta, por exemplo, em atualizar os planos diretores com relação, por exemplo, aos usos do solo, gabaritos de altura, compatibilidades que possam estar preservando não apenas o bem tombado, mas também a ambiência do bem tombado. E, por outro lado, outra questão que incomoda é a fiscalização, o bem é tombado, mas também não se fiscaliza. Então ele vai se degradando e vai se deteriorando e chega, realmente, a ruir. Eu gostaria que você explicasse isso melhor.

#### **Beatriz Kühl:**

Em relação à falta de fiscalização, começamos pelo final da pergunta, acho que existe, é um problema crônico das nossas estruturas públicas a falta de funcionários, em número suficiente para acompanhar todos os processos, e em numero proporcional também àquilo que a preservação passou a ser nos dias de hoje. O número de bens protegidos aumentou muito. Se essas questões fossem trabalhadas de maneira mais adequada entre as várias secretarias, acho que ajudaria um pouco a melhorar a situação: se Planejamento Urbano e Secretaria da Cultura trabalhassem de uma maneira um pouco mais articulada, nas prefeituras. Mas existe também outro problema; no tombamento, o ônus, a responsabilidade é toda do proprietário. Ele tem um bem que foi declarado de interesse para a coletividade, seja ele um proprietário particular, ou o próprio poder público. O bem é de interesse para a coletividade como um todo, mas o



problema é só dele. Não damos nada em troca. Acredito que se existissem mecanismos de compensação mais interessantes, como reduções de impostos, linhas especiais de financiamento, etc., correríamos menos risco de ver tantos bens degradados, muitas vezes pelos próprios proprietários. Porque realmente o tombamento é um estorvo para quem é dono de um bem tombado. É um estorvo e não precisa ser isso. Acho que, por um lado, faltam políticas de incentivo à manutenção dos bens tombados, em maior escala, que serviriam também de incentivo para um controle social mais difuso. As pessoas estariam um pouco mais atentas: isso é um bem tombado, está sendo cuidado, é um financiamento com dinheiro público. Acredito que haveria um controle social mais difuso que poderia ajudar, sem necessariamente inchar a máquina de fiscalização e o controle. Faltam políticas mais interessantes de compensação para quem tem um bem tombado.

Mas por outro lado, a falta de diálogo entre

cultura e planejamento é uma coisa... estarrecedora. Creio que é também um dos sintomas desse mundo atomizado, em que nós vivemos dessas especializações cada vez mais profundas e pulverizadas em que perdemos a capacidade de tecer as tramas. Planos diretores que começam a ser feitos sem antes dialogar e integrar os conhecimentos da Secretaria da Cultura, para verificar o que é tombado, quais as áreas envoltórias, o que está em estudo de tombamento, resulta em procedimentos absurdos. A lei de tombamento se sobrepõe à do plano diretor.

Estamos todos comprimidos e espremidos por milhares de compromissos, responsabilidades, existe dificuldade para definir um tempo de diálogo e de possibilidades de trabalhar junto; trabalhar junto significa parar, conversar, se informar, ler para tentar entender o ponto de vista do outro, para tentar expor o seu ponto de vista, e para tentar estabelecer uma base comum, uma base de trabalho comum. Isso exige tempo. Exige tempo, exige disponibilidade, abertura de espírito e incentivo, inclusive institucional, para promover o diálogo entre as várias secretarias; exige disponibilidade de espírito e de tempo. E, nos dias de hoje, todo mundo está muito sobrecarregado, surgem sempre milhares de coisas muito urgentes, mas temo que não na mesma medida importantes.

Voltando à gestão, creio que seja necessário um choque de gestão, em tudo, inclusive nas universidades, nas nossas estruturas administrativas. Nós temos procedimentos em geral muito desgastantes e muito ineficientes.

### Pessoa 3:

Oi Professora, boa noite. Talvez a minha pergunta vá se sobrepor à que foi feita agora, mas você tinha citado logo no início a palavra Reconhecimento, que talvez seja uma das chaves em relação a essa discussão toda do restauro e do patrimônio, não sei se anterior ou cíclica, simultânea, enfim, mas eu queria tratar um pouco dessa discussão em relação ao âmbito municipal mesmo. Você, apresentando a sua linha de raciocínio, colocou, de certa forma, o patrimônio ele veio... a discussão do campo do restauro veio no nível nacional e foi se aprofundando, foi se regionalizando e etc. Então, de certa forma, eu percebo ainda, pelo menos aqui no interior, que ainda não está internalizado, não existe essa discussão no nível municipal, eventualmente pelo corpo técnico ou por outros motivos, mas não existe uma certa maneira de formalizar o que é o reconhecimento, tem grupos ativos, necessariamente, que vão indicar que está lá, que é de importância simbólica, etc. O que você tem, de vez em quando, são alguns técnicos que apontam que determinado edifício, determinada região, precisam de um certo cuidado. Eu queria que você falasse um





pouco sobre essa possibilidade desse alcance municipal ser via política pública, seja via participação mesmo, porque acho que, numa cidade pequena, você tem redes de contato mais estreitas que São Paulo, por exemplo, é refém do tombamento, também. E se todos esses instrumentos teriam, eventualmente, uma capacidade de aplicação mais efetiva no âmbito municipal ou se é uma questão mesmo que ainda fica... que são os mesmos problemas do nível nacional que acabam refletindo nas outras escalas.

#### **Beatriz Kühl:**

Eu tenho a impressão que, da forma como se estruturou a preservação no Brasil, do ponto de vista normativo, foi isso mesmo, seja na esfera federal, estadual, municipal; foi de cima para baixo e a partir do critério de excepcionalidade. Algo que pode ser



explicável, esse critério de excepcionalidade, naquele período de formação do SPHAN, de afirmação do IPHAN, mas não agora. Como nos lembra Mário de Andrade, naquela célebre frase a respeito de uma igreja de São Paulo, basicamente, nós, de São Paulo, não tínhamos bens de importância artística, só histórica. Minha impressão é que isso ocasionou um pouco um complexo de vira-lata em São Paulo em relação às políticas federais de preservação.

Acredito que isso tenha repercutido negativamente nas cidades menores. Como se patrimônio fosse apenas as igrejas mineiras, as igrejas do Nordeste e não as casinhas da Vila Ferroviária ou a pequena indústria, ou a casa, ou a praça, ou o Coreto. Acho que essa percepção está sendo difícil de mudar, apesar da Constituição de 88. 1988, nós temos uma Constituição que já tem quase 30 anos. A situação deveria ter alterado, mas acredito que continuamos reféns do tombamento, de usar prevalentemente o tombamento que é instrumento mais adaptado a preservar as obras grandiosas e isoladas. Nós não desenvolvemos políticas públicas, de consultas sistemáticas à população, de diálogo, nem uma articulação maior com o trabalho de sociólogos, antropólogos, geógrafos. Um sistema mais permeável que permita apreender, de fato, o que são as referências para as pessoas; nós não sabemos isso, de um modo geral. Esse não é um problema apenas de cidades do interior, é um problema também da cidade de São Paulo, mas também do Rio de Janeiro, de Salvador. Nas nossas políticas de preservação, normalmente não ouvimos os interessados, que somos nós mesmos, e eu acho que esses mecanismos ainda estão muito falhos. Claro que há

consultas públicas, há ações e há exceções. Eu generalizei de um modo um pouco imprudente, mas nós não fazemos isso com a frequência devida, para quebrar essa amarra do tombamento e de fato atender mais ao espírito da constituição. Eu mencionei o Ulpiano falando que não devemos entender a cultura como algo apartado da nossa existência. Infelizmente continuamos assim, não apenas em relação aos bens culturais, mas à cultura como um todo. É como se em nossa vida vivêssemos no cotidiano de uma dada forma e a cultura fosse uma outra coisa, que fazemos de vez em quando, no fim de semana, quando vamos ao cinema, ao museu; a cultura deveria ser, ao contrário, parte intrínseca do nosso ser no mundo, da nossa realidade.

Ainda precisamos andar muito nesse sentido para atender ao espírito da Constituição. Faltam experiências mais alvissareiras para mobilizar um pouco mais. Acho que muitas pessoas se sentem totalmente alienadas em relação ao que são os bens culturais. Alienadas no sentido de afastadas mesmo, apartadas daquilo que são, daquilo que significam. O que quero dizer é que os bens culturais são de todos nós, nós os frequentamos, precisamos deles, eles fazem parte do nosso sistema de referência, da formação de nossas identidades individuais e coletivas. Mas acho que esses aspectos não têm sido trabalhados com o vigor que precisariam.

#### **Pessoa 4:**

Na questão de gestão mesmo do patrimônio, nós estamos aqui em Bauru saindo de um governo de

8 anos, e agora conquistando uma nova força política, um novo prefeito com novas vontades e o que se tem escutado é que ele pensa em criar um instituto de planejamento e submeter o Conselho a esse planejamento. Tirar da cultura e colocar ele no planejamento. Você acha que esse poderia ser um caminho? (problemas com o áudio dificultaram a transição completa da pergunta realizada)

#### **Beatriz Kühl:**

As questões ligadas à preservação, dependendo da cidade, estão ora com planejamento ora com a cultura. Estamos longe de ter um exemplo ideal, algo que funcione perfeitamente. Minha opinião é que a preservação deva estar com a cultura; mas não um departamento que não dialogue com os outros. Tem que estar com a cultura, mas necessariamente interligada com planejamento e outras secretarias. Eu acredito firmemente que o lugar de origem, o lugar de diálogo, o lugar a partir do qual deva ser feito o diálogo da preservação é a partir da cultura, mas tem que estabelecer pontes, trabalhar constantemente. E esse é um problema. Em geral, quando as questões de preservação ficam diretamente subordinadas ao planejamento, acabam sendo muito comprimidas e ficando em segundo plano; estando na cultura, que é o seu lugar de origem, costumam ter mais respiro. Mas realmente é necessário trabalhar de maneira articulada.

#### **Adalberto:**

Professora, eu teria muitas questões, mas eu

tenho um tempo que a plateia não tem, mas uma das coisas que pra mim foi um choque muito grande, sem querer tive duas experiências, uma na França, como professor visitante dentro de um esquema totalmente descrito pela senhora, de uma cidade viva, que precisa reinserir objetos, mas trabalhando cultura e planejamento dentro de um projeto para a cidade contemporânea, e outro no CONDEPHAAT até com a dificuldade das pessoas entenderem que existem tempos na cidade, vários tempos acumulados. Pouco a pouco depois de dois anos isso foi se diluindo a partir de um trabalho, mas eu devo dizer que, num primeiro momento, por inexperiência, eu nunca tinha tido trabalhado com patrimônio no Brasil e eu repetia isso sempre no CONDEPHAAT, isso, pra mim, foi assustador porque eu pensava que fossem já dados extremamente trabalhados e não são. Mas eu só queria dizer isso pra mostrar o quanto o contato com o Silvio será importante, ele virá, inclusive, fazer uma aula, por conta desse debate que nós, um grupo de conselheiros começou a desenvolver, mesmo que os técnicos respondessem com muita tranquilidade, mas esse choque existiu num primeiro momento. Eu queria deixar isso só registrado como experiência, não para fazer uma propaganda de mim, mas sim que há uma, eu não chamaria defasagem, mas uma outra forma de trabalhar que é importante nós entendermos. Eu agradeço, mais uma vez, sua participação. Aprendi muito. Vou escrever para o Silvio agradecendo a indicação e a ênfase que ele deu ao... Porque como se trata da cidade contemporânea, foi muito adequada a sua fala e a sua aula. Muito obrigado e obrigado a plateia.

**Beatriz Kühl:**

Eu é que agradeço. Obrigada a todos.





## SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA

Beatriz Mugayar  
Kuhl

### LIVROS

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: Reflexões sobre a sua Preservação*. São Paulo, Ateliê / FAPESP / Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos de restauro*. Cotia, Ateliê / FAPESP, 2009 (2a ed. 2018).

KÜHL, Beatriz Mugayar (org.). *Gustavo Giovannoni. Textos escolhidos*. Cotia, Ateliê editorial, 2013.

KÜHL, Paulo Mugayar; KÜHL, Beatriz Mugayar (orgs.). *Cartas a Miranda*. Quatremère de Quincy. Cotia, Ateliê Editorial-FAPESP, 2016.

CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar (orgs.). *Patrimônio cultural: Memória e intervenções urbanas*. São Paulo, Annablume, 2017, 244 p.

### CAPÍTULOS DE LIVROS

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Viollet-le-Duc e o Verbetes Restauração*. In: VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. São Paulo, Ateliê, 2000, pp. 9-25.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Os Restauradores e o Pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração*. In: BOITO, Camillo. *Os Restauradores*. Cotia, Ateliê, 2002, pp. 9-28. (v. 18.4.1.2)

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Il quadro pan-americano*. In: CARBONARA, Giovanni (org.). *Trattato di Restauro Architettonico*. Primo Aggiornamento. Torino, Utet, 2007, pp. 115-116; 130-146.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Observações sobre as propostas de Alois Riegl e de Max Dvořák para a preservação de monumentos históricos*. In: DVOŘÁK, Max. *Catecismo da Preservação de Monumentos*. Tradução: Valéria Alves Esteves Lima. Cotia, Ateliê, 2008, pp. 35-57.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Architettura industriale in Brasile*. In: CAMPANELLI, Alessandro. *Restauro architettonico: esempi a confronto*. Roma, Mancosu, 2012, pp. 116-131.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *O legado da expansão ferroviária no interior de São Paulo e questões de preservação*. In: CORREIA, Telma de Barros; BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. (Orgs.). *Lugares de produção arquitetura, paisagens e patrimônio*. São Paulo, Annablume, 2013, pp. 21-42.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Ethics in preservation in the 21st Century / Ética na preservação no século XXI*. In: HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Ascensión (org.). *Conservando el pasado, proyectando el futuro*. Tendencias en la restauración monumental en el siglo XXI. Preserving the past, projecting the future. Tendences in 21st century monumental restoration. Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2016 (336 páginas), pp 53-68 (português); 231-244 (inglês).

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Les ponts belges au Brésil*. In: PRO-VOST, Michel (org.). *Ponts métalliques belges*. Série: Thema & Collecta, n. 5. 2016, pp. 102-111. Icomos Wallonie-Bruxelles.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Questões contemporâneas de restauro: a viabilidade da restauração*. In: FERNÁNDEZ BACA SALCEDO, Rosio; BENINCASA, Vladimir. *Questões contemporâneas*. Patrimônio arquitetônico e urbano. Bauru, Canal 6, 2017, pp. 89-107.

### ARTIGOS EM PERIÓDICOS ARBITRADOS

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Tutela dei Beni Culturali. Le disposizioni in Brasile, Arkos*. *Scienza e Restauro* (Torino), 2002, n. 3, pp. 45-51.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *La preservación del patrimonio industrial en Brasil*. *Arqueología Industrial* (Boletín trimestral del Comité Mexicano para la Conservación del Patrimonio Industrial), 2003, n. 11, pp. 14-17

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Questões teóricas relativas à preservação da arquitetura industrial*. *Designio*, 2004, n.1, pp. 101-117.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração*. *Anais do Museu Paulista*,

2004, v. 12, pp. 309-330.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Permanência e atualidade da Teoria de Cesare Brandi nas intervenções do Instituto Central de Restauração, Roma, Pós. *Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da FAU-USP*, 2004, n. 16, pp. 132-134.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos, *Revista CPC*, 2005, v. 1., n. 1.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Restauração hoje: método, projeto e criatividade, *Designio*, 2006 (2007), n.6, pp. 19-34.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração, Pós. *Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da FAU-USP*, 2007, n. 21, pp. 198-211.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. arq.urb. *Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, 2010, n.3.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 2, jul.- dez. 2010, pp. 287-320.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Critérios e multidisciplinaridade na preservação do patrimônio industrial, *Taiipa: Revista do Museu da Cidade de Curitiba*, 2012, n. 1, pp. 6-17.

KÜHL, Beatriz Mugayar. A expansão ferroviária em São Paulo (Brasil) e problemas para a preservação de seu patrimônio. *TST, Transportes, Servicios y Telecomunicaciones*, Diciembre 2012, nº 23, pp. 166-197.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Les guides et inventaires patrimoniaux au Brésil. *Perspective*, La Revue de l'INHA. 2013, n. 2, pp. 396-401. ISSN. 1777-7852

KÜHL, Beatriz Mugayar. Paul Philippot, o restauro arquitetônico no Brasil e o tempo. *Conversaciones*, México DF, vol. 1, n. 1, pp. 53-64. 2015 ; Paul Philippot, la restauración arquitectónica en Brasil y el tiempo. *Conversaciones*, México DF, vol. 1, n. 1, p. 66-78 , 2015.

BALZANI, Marcello; MAIETTI, Federica; KÜHL, Beatriz Mugayar. Point cloud analysis for conservation and enhancement of modernist architecture. *The International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*, Volume XLII-2/W3, 2017, pp. 71-77. doi:10.5194/isprs-archives-XLII-2-W3-71-2017

KÜHL, Beatriz Mugayar. As ideias sobre preservação no início do século XX em países de língua alemã: algumas lições para o Brasil de

hoje. *Conversaciones*, México DF, 2018, vol. 4, n. 5, pp.219-234 ; Las ideas sobre preservación en el comienzo del siglo XX en países de lengua alemana: algunas lecciones para el Brasil de hoy. *Conversaciones*, México DF, 2018, vol. 4, n. 5, pp.236-251 ; The ideas on preservation at the beginning of the 20th century in German-speaking countries: some lessons for Brazil today. *Conversaciones*, México DF, 2018, vol. 4, n. 5, pp.253-270.

O conteúdo da Primeira Aula - *O papel do patrimônio arquitetônico no projeto da cidade contemporânea*, ministrada pela Prof<sup>fa</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz M. Kuhl encontra-se disponível no site da TV Unesp: < <http://www.tv.unesp.br/edicao/1857>>. A revisão do texto é responsabilidade do palestrante.